

**14 de Março 2018**

# Demonstrações financeiras

**Eneva S.A.**

**(Companhia Aberta)**

31 de dezembro de 2017

com Relatório dos Auditores Independentes sobre  
as demonstrações financeiras



<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL .....</b>	<b>12</b>
<b>2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.....</b>	<b>14</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>15</b>
<b>4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>18</b>
<b>5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....</b>	<b>28</b>
<b>6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....</b>	<b>29</b>
<b>7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>29</b>
<b>8. DEPÓSITOS VINCULADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>9. CONTAS A RECEBER.....</b>	<b>30</b>
<b>10. ESTOQUES .....</b>	<b>32</b>
<b>11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS.....</b>	<b>32</b>
<b>12. INVESTIMENTOS .....</b>	<b>35</b>
<b>13. IMOBILIZADO.....</b>	<b>42</b>
<b>14. INTANGÍVEL .....</b>	<b>46</b>
<b>15. PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>49</b>
<b>16. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>53</b>
<b>17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....</b>	<b>55</b>
<b>18. DEBÊNTURES .....</b>	<b>58</b>
<b>19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....</b>	<b>59</b>
<b>20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....</b>	<b>60</b>
<b>21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>69</b>
<b>23. RESULTADO POR AÇÃO .....</b>	<b>70</b>
<b>24. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....</b>	<b>71</b>
<b>25. RECEITA OPERACIONAL.....</b>	<b>74</b>
<b>26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA .....</b>	<b>74</b>
<b>27. RESULTADO FINANCEIRO .....</b>	<b>75</b>
<b>28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO) .....</b>	<b>76</b>
<b>29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO .....</b>	<b>77</b>
<b>30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....</b>	<b>80</b>
<b>31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....</b>	<b>81</b>

# Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	502.905	70.970	766.884	493.997
Títulos e valores mobiliários	7	43.438	36.866	217.146	132.757
Contas a receber	9	61	-	524.886	315.153
Estoques	10	-	-	170.367	163.188
Despesas antecipadas		129	29	14.844	17.724
Impostos a recuperar	11	15.191	13.297	116.311	101.341
Ganhos com derivativos	20	-	-	106	-
Adiantamentos diversos		175	84	11.324	249
Dividendos a receber	12	72.310	-	-	
Depósitos vinculados	8	14.233	51	15.159	51
Adiantamentos a fornecedores		1.481	1.256	38.000	9.485
Outros		-	-	2.230	15.656
		649.923	122.553	1.877.257	1.249.601
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas		-	785	22	7.502
Depósitos vinculados	8	4	4	76.745	32.152
Debêntures a receber	15	306.270	246.600	-	-
Contas a receber	9	-	-	-	10.366
Imposto a recuperar	11	60.654	69.537	157.322	166.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	182	-	357.815	396.295
Operações com partes relacionadas	15	587.410	530.878	341.556	265.239
Outros créditos		-	-	586	7.014
		954.520	847.804	934.046	885.514
Investimentos					
	12	5.434.111	5.051.403	422.587	440.843
Imobilizado					
	13	13.632	14.859	6.452.811	6.528.059
Intangível					
	14	8.892	3.111	1.220.680	1.256.554
		6.411.155	5.917.177	9.030.124	9.110.970
		7.061.078	6.039.730	10.907.381	10.360.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Balanço Patrimonial - continuação

31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		10.841	12.067	293.198	177.249
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	191.151	988.021
Debêntures	18	-	-	231.635	255.742
Derivativos	20	-	-	1.394	
Impostos e contribuições a recolher	19	4.752	5.087	199.076	153.454
Obrigações sociais e trabalhistas		7.124	2.803	21.460	37.021
Operações com partes relacionadas	15	-	-	6.272	16.554
Retenção contratual		-	-	4.330	4.330
Participações nos lucros		24.866	8.714	52.437	23.843
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	47.688	48.065
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	57.817	2.696
Outras obrigações		60	29	331	4.821
Pesquisa e desenvolvimento - Setor Elétrico		-	-	45.218	29.178
		47.643	28.700	1.152.007	1.740.974
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores		1.968	3.552	881	5.410
Empréstimos e financiamentos	17	1.376.101	1.228.617	3.511.609	3.109.277
Debêntures	18	-	-	421.197	590.219
Operações com partes relacionadas	15	9.515	38.948	106.856	101.836
Provisão para passivo a descoberto	12	31.479	38.546	4.273	2.691
Provisão para contingências	21	3.773	-	10.779	5.708
Provisão de abandono		-	-	64.055	52.985
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	1.488	1.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	200.156	207.050	250.257	252.657
Outras obrigações		-	-	8.044	16.896
		1.622.992	1.516.713	4.379.439	4.138.789
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.670.635</b>	<b>1.545.413</b>	<b>5.531.446</b>	<b>5.879.763</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	8.822.219	8.024.122	8.822.219	8.024.122
Reserva de capital		18.144	10.834	18.144	10.834
Reserva Legal		4.775	-	4.775	-
Ajuste de avaliação Patrimonial		(3.595)	1.879	(3.595)	1.879
Prejuízos acumulados		(3.451.100)	(3.542.518)	(3.451.100)	(3.543.157)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>5.390.443</b>	<b>4.494.317</b>	<b>5.390.443</b>	<b>4.493.678</b>
Participações de acionistas não controladores		-	-	(14.508)	(12.870)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.390.443</b>	<b>4.494.317</b>	<b>5.375.935</b>	<b>4.480.808</b>
		<b>7.061.078</b>	<b>6.039.730</b>	<b>10.907.381</b>	<b>10.360.571</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	-	-	<b>2.721.773</b>	<b>2.160.983</b>
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	-	-	<b>(1.611.638)</b>	(1.429.043)
<b>Resultado bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.110.135</b>	<b>731.940</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>		<b>117.326</b>	<b>(14.586)</b>	<b>(404.278)</b>	<b>(171.867)</b>
Gerais e administrativas	26	(97.415)	(58.394)	(353.002)	(174.262)
Outras receitas operacionais	26	11	191.142	30.888	207.401
Outras despesas operacionais	26	(9.006)	(27.543)	(55.794)	(164.195)
Resultado de equivalência patrimonial	12	223.736	(119.791)	(26.370)	(40.811)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>117.326</b>	<b>(14.586)</b>	<b>705.857</b>	<b>560.073</b>
<b>Resultado financeiro</b>	27	<b>(22.010)</b>	<b>(43.409)</b>	<b>(520.803)</b>	<b>(548.360)</b>
Receitas financeiras		137.160	146.870	114.298	165.913
Despesas financeiras		(159.170)	(190.279)	(635.101)	(714.273)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>95.316</b>	<b>(57.995)</b>	<b>185.054</b>	<b>11.713</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	11	<b>182</b>	<b>(64.741)</b>	<b>(91.194)</b>	<b>(122.852)</b>
Corrente		-	-	(49.494)	(45.191)
Diferido		182	(64.741)	(41.700)	(77.661)
<b>Lucro / (Prejuízo) do exercício</b>		<b>95.498</b>	<b>(122.736)</b>	<b>93.860</b>	<b>(111.139)</b>
<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>		<b>95.498</b>	<b>(122.736)</b>	<b>95.498</b>	<b>(108.107)</b>
<b>Atribuído a sócios não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.638)</b>	<b>(3.032)</b>
<b>Lucro/ (prejuízo) por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>	23				
<b>Lucro/(prejuízo) básico por ação</b>					
De operações continuadas (Nota 23)		-	-	0,3709835	(0,5977897)
<b>Lucro/(prejuízo) diluído por ação</b>					
De operações continuadas (Nota 23)		-	-	0,3709835	(0,5977897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>95.498</b>	<b>(122.736)</b>	<b>93.860</b>	<b>(111.139)</b>
Ajustes Acumulados de Conversão	(3.595)	(1.879)	(3.595)	(1.879)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>91.903</b>	<b>(124.615)</b>	<b>90.265</b>	<b>(113.018)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>91.903</b>	<b>(124.615)</b>	<b>90.265</b>	<b>(113.018)</b>
Participação dos não controladores	-	-	(1.638)	(3.032)
Acionistas controladores	91.903	(124.615)	91.903	(109.986)
<b>Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas controladores</b>				
De operações continuadas	91.903	(124.615)	90.265	(113.018)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>91.903</b>	<b>(124.615)</b>	<b>90.265</b>	<b>(113.018)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações descontinuadas</b>	<b>95.316</b>	<b>(57.995)</b>	<b>185.054</b>	<b>11.713</b>
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.095	2.676	418.755	356.392
Atualização valor justo - aquisição de investimentos	-	(190.415)	-	(190.415)
Provisão para desmantelamento	-	-	4.439	3.232
Resultado de equivalência patrimonial	(234.958)	91.770	22.883	39.070
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	-	-	32.712	5.191
Perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	9.232	31.262
Provisão para passivo a descoberto	11.222	28.021	3.487	1.741
Resultado em alienação/baixa de Investimentos	-	29.802	-	34.783
Resultado de disputas administrativas - setor elétrico	-	-	-	(92.275)
Variação Cambial Ativa e Passiva	1.971	(26.724)	1.971	(29.525)
Juros Empréstimos	145.513	162.025	467.022	596.508
Juros Mútuos	(54.314)	(76.956)	(26.474)	(33.609)
Juros Debêntures – Partes Relacionadas	(59.670)	-	83.372	19.106
Provisão para contingências	-	-	(5.179)	-
Rendimentos de aplicações financeiras – TVM	-	-	2.902	-
Outros	-	1.171	-	185
Baixa/(Reversão) impairment Ativo Imobilizado	-	-	-	97.978
Baixa/(Reversão) impairment Ativo Diferido	-	(3.852)	-	-
Atualização monetária contratual	-	(9.935)	(2.878)	(12.863)
Amortização de custo de captação	-	-	1.147	5.148
Participação nos lucros a pagar	-	1.038	-	3.414
Recuperação de créditos tributários	3.469	3.799	-	(11.120)
	<b>(89.356)</b>	<b>(45.575)</b>	<b>1.198.445</b>	<b>835.916</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Adiantamentos diversos	(316)	2.610	(40.777)	28.179
Despesas Antecipadas	686	1.159	6.340	34.883
Contas a receber	-	-	(208.879)	98.384
Depósitos Judiciais	-	-	(46.563)	-
Impostos a recuperar	6.988	(13.214)	(5.347)	4.719
Estoque	-	-	(7.179)	9.369
Impostos, taxas e contribuições	(10.938)	(2.172)	55.209	47.764
Fornecedores	(2.809)	8.042	127.860	47.278
Provisões e encargos trabalhistas	20.713	(5.407)	23.540	(3.865)
Contas a pagar	-	-	-	2.765
Dividendos e JCP recebidos	136.138	26.734	-	-
Imposto de renda sobre JCP	5.288	-	-	-
Débitos/ Créditos partes relacionadas	(31.650)	62.823	(61.073)	(115.568)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017 – ENEVA S.A.**

Outros Ativos e Passivos	4.848	3.576	28.486	(59.367)
	<b>128.948</b>	<b>84.151</b>	<b>(128.383)</b>	<b>94.541</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>39.592</b>	<b>38.576</b>	<b>1.070.062</b>	<b>930.457</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(60.347)	(13.371)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>39.592</b>	<b>38.576</b>	<b>1.009.715</b>	<b>917.086</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.650)	(7.169)	(308.889)	(156.756)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	4.908	11.743
Aporte em Investimentos	(378.350)	(45.986)	-	(5.215)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	-	-	53.738
Títulos e valores mobiliários	(6.572)	(36.866)	(87.268)	(131.557)
Caixa proveniente da venda de ativo Imobilizado e Intangível	-	72	-	-
Prêmio ao programa de Stock Options	-	-	7.983	-
Retenções Contratuais	-	-	-	(120)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(391.572)</b>	<b>(89.949)</b>	<b>(383.266)</b>	<b>(228.167)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Instrumentos Financeiros	-	-	(120)	39
Aumento de capital	798.097	14.607	798.097	14.607
Captações de Financiamentos e Debêntures	-	-	139.167	10.192
Amortizações do Principal – Financiamentos e Debêntures	-	-	(808.799)	(146.217)
Juros pagos	-	-	(444.463)	(250.082)
Juros pagos debêntures – Partes Relacionadas	-	-	(3.632)	(2.027)
Depósitos vinculados	(14.182)	34.545	(33.812)	(68.849)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>783.915</b>	<b>49.152</b>	<b>(353.562)</b>	<b>(442.337)</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>431.935</b>	<b>(2.221)</b>	<b>272.887</b>	<b>246.582</b>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	70.970	73.191	493.997	247.415
No final do exercício	502.905	70.970	766.884	493.997

Transações que não envolveram caixa:

\* Ajuste de conversão da controlada Parnaíba BV no montante de R\$ 3.595, conforme Demonstrações dos Resultados Abrangentes;

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Controladora						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos (Lucros) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.007.627</b>	-	<b>14.438</b>	-	<b>(3.419.782)</b>	<b>3.602.283</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(122.736)	(122.736)
<b>Transações com acionistas:</b>						
Aumento de capital	1.016.495	-	1.811	-	-	1.018.306
Ágio na emissão de ações	-	-	142.771	-	-	142.771
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	(148.186)	-	-	(148.186)
<b>Outros resultados abrangentes:</b>						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	1.879	-	1.879
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.024.122</b>	-	<b>10.834</b>	<b>1.879</b>	<b>(3.542.518)</b>	<b>4.494.317</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	95.498	95.498
<b>Transações com acionistas:</b>						
Aumento de capital	798.097	-	-	-	-	798.097
Constituição de reserva legal	-	4.775	-	-	(4.775)	-
Ágio na emissão de ações	-	-	(695)	-	695	-
Prêmio pago ao programa de opções de ações	-	-	7.590	-	-	7.590
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	415	-	-	415
<b>Outros resultados abrangentes:</b>						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(5.474)	-	(5.474)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.822.219</b>	<b>4.775</b>	<b>18.144</b>	<b>(3.595)</b>	<b>(3.451.100)</b>	<b>5.390.443</b>

Consolidado							
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>7.007.627</b>	-	<b>14.438</b>	-	<b>(3.435.050)</b>	<b>3.587.015</b>	<b>(9.838)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(108.107)	(108.107)	(3.032)
<b>Transações de Capitais com Sócios:</b>							
Aumento de capital	1.016.495	-	1.811	-	-	1.018.306	-
Ágio na emissão de ações	-	-	142.771	-	-	142.771	-
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	(148.186)	-	-	(148.186)	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	1.879	-	1.879	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>8.024.122</b>	-	<b>10.834</b>	<b>1.879</b>	<b>(3.543.157)</b>	<b>4.493.678</b>	<b>(12.870)</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	95.498	95.498	(1.638)
<b>Transações com acionistas:</b>							
Aumento de capital	798.097	-	-	-	-	798.097	-
Constituição de reserva legal	-	4.775	-	-	(4.775)	-	-
Baixa Ativo Diferido	-	-	-	-	639	639	-
Ágio na emissão de ações	-	-	(695)	-	695	-	-
Prêmio pago ao programa de opções de ações	-	-	7.590	-	-	7.590	-
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	415	-	-	415	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(5.474)	-	(5.474)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.822.219</b>	<b>4.775</b>	<b>18.144</b>	<b>(3.595)</b>	<b>(3.451.100)</b>	<b>5.390.443</b>	<b>(14.508)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas</b>	<b>(71)</b>	<b>191.142</b>	<b>2.957.379</b>	<b>2.565.339</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.966.822	2.357.938
Outras receitas (i)	(71)	191.142	(211)	207.401
(-) PCLD	-	-	(9.232)	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>(34.021)</b>	<b>(33.621)</b>	<b>(1.152.000)</b>	<b>(981.935)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.021)	(33.621)	(1.051.601)	(902.841)
Contratos de gás	-	-	(96.430)	(79.094)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	(3.969)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(34.092)</b>	<b>157.521</b>	<b>1.805.379</b>	<b>1.583.404</b>
Depreciação e amortização e exaustão	(2.095)	(2.676)	(418.755)	(356.392)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(36.187)</b>	<b>154.845</b>	<b>1.386.624</b>	<b>1.227.012</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>404.692</b>	<b>(49.252)</b>	<b>(152.429)</b>	<b>(90.753)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	223.736	(119.792)	(26.370)	(40.811)
Receitas financeiras	17.936	15.858	69.862	80.399
Juros sobre operações de mútuos e Debêntures	113.984	82.793	(57.087)	33.608
Provisão perda em investimento	(1.981)	-	(3.962)	(99.449)
Seguros	(530)	(570)	(2.928)	(36.420)
Penalidade CCEE	-	-	(80.700)	-
Despesa com exploração e poço seco	-	-	(99.543)	-
Serviços compartilhados (iv)	51.780	-	48.645	-
Outros	(233)	(27.541)	(346)	(28.080)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>368.505</b>	<b>105.593</b>	<b>1.234.195</b>	<b>1.136.259</b>

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>368.505</b>	<b>105.593</b>	<b>1.234.195</b>	<b>1.136.259</b>
<b>Pessoal</b>	<b>94.291</b>	<b>16.246</b>	<b>227.304</b>	<b>137.628</b>
Remuneração direta	79.267	6.403	179.662	67.924
Benefícios	10.946	7.990	39.422	38.528
FGTS e contribuições	4.078	1.853	8.220	31.176
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>22.748</b>	<b>64.956</b>	<b>376.972</b>	<b>308.917</b>
IR/CSLL	-	-	49.494	45.191
Passivo Fiscal Diferido IR/CSLL	(182)	64.741	41.700	77.661
Federal	8.259	215	299.836	229.223
Estadual (ii)	14.594	-	(39.960)	(43.158)
Municipais	54	-	66	
Taxas e contribuições (iii)	23	-	25.836	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>155.968</b>	<b>147.128</b>	<b>536.059</b>	<b>800.853</b>
Juros e multas pagos ou auferidos	1.088	91	3.325	46.002
Aluguéis	3.342	5.067	3.651	86.937
Variação cambial e monetária	2.027	(26.718)	30.186	25.797
Despesas financeiras	145.945	168.688	492.996	642.117
outras	3.566	-	5.901	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>95.498</b>	<b>(122.737)</b>	<b>93.860</b>	<b>(111.139)</b>
Lucros retidos /prejuízo do exercício	95.498	(122.737)	95.498	(108.107)
Lucro/ (Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.638)	(3.032)

(i) Refere-se ao resultado líquido das perdas e ganhos em alienação de bens do ativo

(ii) Refere-se ao saldo de incentivo fiscal Sudene mantidos nas empresas Parnaíba I e Parnaíba III

(iii) Refere-se ao programa de P&D, obrigatório as empresas de energia elétrica em um percentual mínimo da ROL - 1%, ADOMP e outras taxas

(iv) Refere-se ao ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Eneva S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica, e na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos no Brasil. A ENEVA conta com um parque térmico de 2,2 GW de capacidade instalada (67% gás natural e 33% carvão mineral), equivalente a 5% da capacidade térmica instalada nacional, 100% operacional desde julho de 2016.

Com capacidade de produção de gás de 8,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia, a ENEVA é a maior operadora privada de gás natural do Brasil, sendo operadora em uma área de 40.166 km<sup>2</sup> sob o regime de concessão para exploração e produção de hidrocarbonetos, na Bacia do Parnaíba, estado do Maranhão.

Ao longo do exercício de 2017 a Companhia concluiu parcialmente a reorganização societária do grupo econômico Eneva S.A.. A controlada Eneva Participações S.A. efetuou incorporação do acervo líquido contábil das seguintes empresas do Grupo Eneva:

- UTE Porto do Açu Energia
- Açu II Geração de Energia S.A.
- Açu III Geração de Energia S.A.
- Eneva Desenvolvimento S.A.;
- Eneva Investimento (Parnaíba V Geração de Energia S.A.)
- Eneva Solar Empreendimentos S.A.
- Seival Participações S.A.
- Tauá II Geração de Energia S.A.

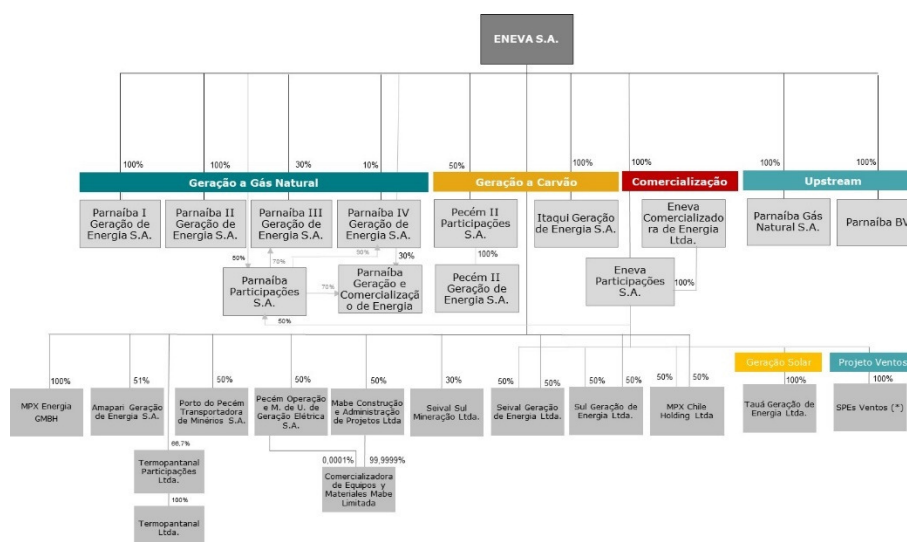
Adicionalmente, a controlada Parnaíba Gás Natural S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da empresa BPMB Parnaíba S.A.

## Oferta pública de ações

A Eneva concluiu, em 20 de outubro, a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, no valor total de R\$ 876.207, sendo R\$ 834.483 em recursos primários, havendo um custo de captação de R\$ 36.386, totalizando R\$ 798.097 em recursos líquidos para a Companhia. O preço por ação foi fixado em R\$ 11,00, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Bookbuilding"). Foram emitidas 75.862.069 (setenta e cinco milhões oitocentos e sessenta e dois e sessenta e nove) novas ações ordinárias. O capital social da Companhia foi elevado para R\$ 8.822.219, representado por 314.990.499 ações ordinárias.

A distribuição secundária de ações correspondeu à 3.793.103 ações ordinárias de emissão da Companhia, no montante de R\$ 41.724, conforme disposto na nota explicativa nº 22. Os acionistas vendedores foram o Banco BTG Pactual S.A., o Itaú Unibanco S.A., o Ice Focus EM Credit Master Fund Limited e a Uniper Holding GmbH.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta a seguinte estrutura:



O detalhamento das participações societárias da Companhia está descrito na Nota Explicativa nº 12 - Investimentos.

O resumo das especificações técnicas das subsidiárias operacionais, segue:

## Geração de Energia

Empreendimento/ Empresa	Localização	Capacidade total	Combustível	Participação da ENEVA
<b>Parnaíba I</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	100%
<b>Parnaíba II</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	519 MW	Gás natural	100%
<b>Parnaíba III</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	176 MW	Gás natural	100%
<b>Parnaíba IV</b>	Santo Antônio dos Lopes/MA	56 MW	Gás natural	100%
<b>Itaqui</b>	São Luís/MA	360 MW	Carvão importado	100%
<b>Pecém II</b>	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão importado	50%

Tauá	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	100%
------	---------	------	------------------------	------

## Comercialização de Energia

Empresa	Participação da ENEVA
ENEVA Comercializadora de Energia Ltda	100%

## Parnaíba Gás Natural

Empresa	Participação no Empreendimento	Empreendimento	Localização	Participação da ENEVA
Parnaíba Gás Natural S.A.	100%	7 campos de gás natural, atualmente com capacidade de produção de 8,4 milhões de m <sup>3</sup> por dia	MA	100%

## 2. Licenças e autorizações

A Companhia acompanha permanentemente o atendimento das condicionantes das licenças ambientais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, com foco na sustentabilidade do negócio e no uso racional dos recursos naturais.

Ao longo de 2017, a ENEVA trabalhou para aperfeiçoar sua gestão de saúde, segurança, meio ambiente e responsabilidade social, visando o pleno cumprimento da legislação vigente, das exigências dos órgãos governamentais, com foco na melhoria dos indicadores de saúde, segurança e meio ambiente e na implantação de ações de responsabilidade social.

Na área de licenciamento ambiental, a Eneva atuou para garantir a manutenção das licenças e demais autorizações vigentes, relacionadas às suas operações de E&P e Geração. Para os novos projetos, foram obtidas as licenças para a realização das atividades de sísmica terrestre nas áreas da 9ª e 13ª rodada de licitações da ANP, as licenças de instalação para os projetos de desenvolvimento da produção dos campos de Gavião Azul e Gavião Caboclo, além da licença de operação para esses campos, possibilitando o primeiro gás na data prevista no projeto.

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, bem como considerar o pressuposto de continuidade operacional da Companhia conforme planos da Administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas. Estas deveriam estar em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro, porém estão divergentes em função do ativo diferido, conforme apresentado abaixo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - impairment. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$ 26.192, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das suas controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016:

	<b>2016</b>
Patrimônio líquido – Controladora	4.494.317
Ativo diferido - Lei nº11.941/09	(639)
Patrimônio líquido - Atribuível aos controladores	<u>4.493.678</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos foram reconciliados e ajustados, não havendo mais diferenças entre os patrimônios líquidos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

(c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9/CPC 48 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A referida norma altera significativamente os critérios contábeis relacionados a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como o modelo de mensuração do impairment de ativos financeiros e modifica os requerimentos de divulgação, com a inclusão de novas informações a serem apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e espera os seguintes impactos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

- No que se refere ao novo modelo de Impairment para ativos financeiros, a Administração espera nas suas controladas um aumento de cerca de 2% na PECLD e uma redução de cerca de 2% na rubrica de Consumidores e Concessionárias;
- Com relação aos ativos financeiros (operações compromissadas, LFT, Fundo de investimento, depósitos vinculados, mútuos e operações comerciais com partes relacionadas), não são esperados impactos na classificação e mensuração. Após avaliação do modelo de negócio, foi identificado que os seus ativos financeiros estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

Contabilização de Hedge

A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial na aquisição, junto a Petrobras, de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarboneto da concessão do Campo de Azulão e na compra de equipamentos a serem utilizados no ciclo operacional de manutenção da Usina. Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa, atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

Em novembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico 47 – Receita de contrato com clientes, que tem correlação com a IFRS 15. O princípio fundamental da referida norma é o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

De acordo com a norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes, como o ADOMP,



deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

As controladas Itaqui Geração de Energia, Parnaíba I Geração de Energia e Parnaíba III Geração de Energia, identificaram a necessidade de reclassificação de determinadas penalidades por performance que, atualmente, são classificadas na demonstração do resultado como despesas operacionais e passarão a ser classificadas como itens redutores das receitas no exercício de 2017, com efeito estimado nos montantes de R\$ 6.086 e R\$ 2.299 e R\$ 1.092 respectivamente, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018.

## IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Adicionalmente, foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

A Companhia iniciou a análise qualitativa de seus principais contratos e continuará a avaliar os potenciais efeitos da IFRS 16 durante o ano de 2018, que dependerá da decisão sobre o método de transição e da utilização de expedientes práticos e/ou isenções. Desta forma, ainda não é possível estimar o montante dos direitos de uso e passivos de arrendamento que serão reconhecidos na adoção deste novo pronunciamento e, como essa adoção, poderá afetar o resultado da Companhia.

### (d) Reapresentação da demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2016

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, a demonstração do fluxo de caixa está sendo reapresentada, pois a Administração da Companhia avaliou que a melhor aplicabilidade dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado a obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás do Grupo Eneva. Por esse motivo, os juros pagos foram reclassificados dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de financiamentos, de acordo com no item 33 do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Demonstrações dos Fluxos de Caixa Controladora em 31 de dezembro de 2016			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de dezembro de 2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações	(57.995)	-	(57.995)	11.713	-	11.713
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	38.576	-	38.576	664.977	252.109	917.086
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(89.949)	-	(89.949)	(228.167)	-	(228.167)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	49.152	-	49.152	(190.228)	(252.109)	(442.337)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.221)	-	(2.221)	246.582	-	246.582
<b>No início do exercício</b>	73.191	-	73.191	247.415	-	247.415
<b>No final do exercício</b>	70.970	-	70.970	493.997	-	493.997

## 4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

### 4.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na Nota Explicativa nº 12.

As seguintes métricas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### (b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

#### (c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 4.9 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **4.2 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### **4.3 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

##### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

##### **(c) Empresas com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

#### **4.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

#### **4.5 Ativos financeiros**

##### **(a) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

##### **(ii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

##### **(b) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de

propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- ❖ Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ❖ Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- ❖ A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- ❖ Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- ❖ O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- ❖ Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor, original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia

pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **4.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

A Companhia avalia suas operações, considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, e, constitui perda estimada para crédito de liquidação duvidosa – PECLD para os valores em atraso com mais de 180 dias para saldos com empresas que não fazem parte do mesmo Grupo, conforme política interna.

Relativamente a nova norma IFRS 15 vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, os impactos foram avaliados e estão descritos na nota explicativa nº 3 item c.

#### **4.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### **4.8 Ativos intangíveis**

##### **(a) Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio oriundo de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos os encargos de amortização e as perdas acumuladas por impairment.

O prazo de amortização do ágio está vinculado ao período de autorização das plantas.

Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

##### **(b) Contratos de direito de exploração**



É referente ao bônus de assinatura pagos para se obter a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinados blocos. Inclui, ainda, os gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática.

### **Amortização**

Os bônus de assinatura são amortizados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e possuem vida útil definida, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os outros ativos intangíveis estão representados, principalmente por outorgas de contratos de geração de energia adquiridos de terceiros. Os demais intangíveis são amortizados pelo método linear às taxas mencionadas no quadro de movimentação demonstrado na Nota Explicativa nº 14, que levam em consideração o tempo de utilização estimado.

## **4.9 Imobilizado**

### **(a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### **(b) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **(c) Depleção e depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (conforme demonstrado na nota nº13). Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada limitada ao prazo de autorização/concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada mais provável) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas.

#### (d) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment quando da existência de indicadores de redução ao valor recuperável, ou de possível reversão de perdas. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos fluxos de caixa levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

### 4.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 4.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



#### 4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 4.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e dos prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### 4.14 Benefícios a empregados

##### (a) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

#### 4.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### 4.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança quando, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### (a) Venda de energia

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa e parcela variável de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

##### (b) Produção e venda de gás natural

A receita pela venda de gás natural e da capacidade de tratamento de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais.

##### (c) Comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

##### (d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 4.17 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para

arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

#### **4.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária.

Os benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado.

#### **4.19 Compromissos assumidos**

A Companhia divulga os compromissos oriundos de operações de Ativo Imobilizado, Ativo Intangível e Arrendamento Mercantil.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui compromissos assumidos com o Programa de Exploração da controlada Parnaíba Gás Natural S.A., conforme descrito na nota explicativa nº30.

## 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Perda (*impairment*) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas nos ativos imobilizado e intangível, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

#### (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSL de exercícios anteriores.

A avaliação de realização dos tributos diferidos esta apresentada na nota explicativa nº11 – Impostos a recuperar e diferidos, a seguir.

## 6. Caixa e equivalente de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e bancos	47	441	12.172	54.894
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA	(a) 57.434	70.529	283.763	245.945
Fundo de Investimento FI Master Plus 50 RF DI LP	(b) 303.456	-	303.456	-
CDB/Compromissadas	(c) 141.968	-	167.493	193.158
	<b>502.905</b>	<b>70.970</b>	<b>766.884</b>	<b>493.997</b>

- (a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,7% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 25% de operações compromissadas, 32% de CDBs e 43% de LFTs (apresentadas na nota explicativa nº7), em 31 de dezembro de 2017.
- (b) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Eneva RF LP administrado pela Caixa Econômica Federal. A rentabilidade média no ano do fundo foi de 98,4% do CDI.
- (c) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com liquidez imediata e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 99,7% (taxa nominal na curva). As empresas que detêm esses valores são as controladas Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e a própria Companhia.

Abaixo a composição da carteira do Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA, detalhada por operação:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
CDBs	160.906	145.946
Compromissadas	122.857	99.999
	<b>283.763</b>	<b>245.945</b>

## 7. Títulos e valores mobiliários

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's")	(a) 43.438	36.866	217.146	132.757
	<b>43.438</b>	<b>36.866</b>	<b>217.146</b>	<b>132.757</b>

- (a) LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2019 e 2022, no entanto dada sua alta liquidez no mercado secundário, podem ser prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 8. Depósitos vinculados

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ICMS Carvão de Itaqui	(a) -	-	75.836	31.921
Garantia – Fiança FINEP	(b) 12.110	-	12.110	-
Depósitos Judiciais	2.067	-	2.411	-
Outros Depósito Vinculados	60	55	1.547	282
	<b>14.237</b>	<b>55</b>	<b>91.904</b>	<b>32.203</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.233</b>	<b>51</b>	<b>15.159</b>	<b>51</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>76.745</b>	<b>32.152</b>

(a) Refere-se a depósito judicial do ICMS sobre as cargas de carvão de Itaqui. Em contrapartida, a Companhia mantém provisão em montante equivalente, registrado na rubrica Impostos e contribuições a recolher.

(b) A Eneva S.A., deu como garantias à fiança bancária prestada no âmbito do financiamento da FINEP para a Parnaíba Gás Natural, nota promissória e cessão fiduciária de aplicação financeira junto ao Banco Fibra.

## 9. Contas a receber

		<b>Consolidado</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):</b>		
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a) 141.485	75.192
Parnaíba Geração de Energia S.A.	(a) 200.162	134.828
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(b) 88.144	78.943
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	(a) 76.345	26.693
<b>Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre e contratos bilaterais:</b>		
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	19.189	5.308
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	-	1.407
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	46.485	39.739
Tauá Geração de Energia Ltda.	144	1.245
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(c) (47.068)	(37.836)
	<b>524.886</b>	<b>325.519</b>
<b>Circulante</b>	<b>524.886</b>	<b>315.153</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>10.366</b>

(a) O aumento observado está relacionado a curva de despacho de energia, que teve nível elevado entre junho e dezembro de 2017;

(b) Contas a receber referente (i) a contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), iniciado em julho de 2016, no montante de R\$47.940 (R\$ 71.411 em 31 de dezembro de 2016), e (ii) operações de venda de energia no mercado livre, no montante de R\$ 40.204 (R\$ 7.532 em 31 de dezembro de 2016), realizadas antes do início da vigência do CCEAR da controlada;

(c) A Companhia avaliou suas operações e considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas na nota 4.6 anteriormente, constituiu Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para os valores em atraso há mais de 180 dias, entre as empresas não ligadas, conforme determina a política interna da Companhia. A movimentação do exercício foi:

	Clientes Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado ("CCEAR") (I)	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (II)	Mercado Livre (III)	Total
Saldo em 31/12/2016	3.181	14.533	20.122	37.836
Provisões	-	3	10.363	10.366
Reversões	(1.134)	-	-	(1.134)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.047</b>	<b>14.536</b>	<b>30.485</b>	<b>47.068</b>
Saldo em 31/12/2016	<b>3.181</b>	<b>14.533</b>	<b>20.122</b>	<b>37.836</b>
Saldo em 31/12/2017	<b>2.047</b>	<b>14.536</b>	<b>30.485</b>	<b>47.068</b>

- I. Refere-se a inadimplência de diferentes distribuidoras no âmbito dos CCEAR's. As controladas Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba III, são afetadas por essa inadimplência, por isso registramos estimativa de perda da totalidade do saldo a receber, sendo R\$ 77, R\$ 1.690 e R\$ 280, respectivamente;
- II. Refere-se ao faturamento, que foi liquidado parcialmente. Ingressamos com pedidos de revisão junto a CCEE e o mesmo está sob análise. Este saldo refere-se as empresas: Parnaíba I (R\$7.356), Parnaíba II (R\$5.770) e Parnaíba IV (R\$1.410);
- III. Refere-se a: (i)faturas contra o cliente Energias do Brasil, no montante de R\$ 20.122 e (ii) faturas contra o cliente Canabrava Energética S.A., no montante de R\$ 10.363. Provisionamos a totalidade dos saldos em aberto a mais de 180 dias, seguindo a política do Grupo. A contrapartida da provisão está apresentada na nota explicativa nº 26.

Abaixo vencimentos do contas a receber:

	<b>Consolidado</b>
	<b>2017</b>
A vencer	469.470
Até 30 dias	4.674
De 31 a 60 dias	210
De 61 a 90 dias	123
De 91 a 120 dias	821
De 121 a 180 dias	2.519
De 181 a 360 dias	47.069
Acima de 360 dias	-
	<b>524.886</b>

O giro apresentado se manteve em linha com as expectativas da Companhia. Cabe destacar, conforme descrito no item "c" desta nota, a política adotada pela empresa é a provisão de saldos mantidos com terceiros vencidos acima de 180 dias. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo com Partes relacionadas vencidos acima de 180 dias é de R\$ 11.352.

## 10. Estoques

		<b>Consolidado</b>	
		<b>2017</b>	<b>2016</b>
Materiais, suprimentos e outros	(a)	24.121	39.006
Carvão	(b)	52.776	39.559
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	91.621	81.341
Lubrificante e químicos		1.849	3.282
		<b>170.367</b>	<b>163.188</b>

- (a) Saldo composto substancialmente por materiais consumíveis no exercício de um ano, necessários à execução da campanha de perfuração da Parnaíba Gás Natural;
- (b) Saldo composto pelo estoque de carvão, adquirido pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., para insumo na geração de energia elétrica e para a formação de estoque de segurança;
- (c) Saldo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pelas controladas: Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 36.012), Parnaíba I Geração de Energia S.A. (R\$ 12.513), Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 30.247), Parnaíba III Geração de Energia (R\$5.458), Parnaíba IV Geração de Energia (R\$ 7.380) e Tauá Geração de Energia (R\$11).

## 11. Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Antecipação de imposto de renda	12.867	30.716	48.200	65.849
Antecipação de contribuição social	531	531	27.895	15.069
Provisão IRRF – Mútuo	61.803	51.069	78.810	58.635
PIS	-	-	19.177	19.081
COFINS	47	-	90.099	104.377
Outros	597	518	9.452	5.276
	<b>75.845</b>	<b>82.834</b>	<b>273.633</b>	<b>268.287</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.191</b>	<b>13.297</b>	<b>116.311</b>	<b>101.341</b>
<b>Não circulante</b>	<b>60.654</b>	<b>69.537</b>	<b>157.322</b>	<b>166.946</b>



## Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, assim como sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de CSL de exercícios anteriores.

Abaixo a composição do imposto diferido por empresa e natureza:

Consolidado					
2017					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Eneva S.A.	-	182	182	(200.156)	(199.974)
Itaqui	121.803	70.389	192.192	(649)	191.543
Parnaíba I	-	35.028	35.028	(58.659)	(23.631)
Parnaíba III	-	555	555	(10.960)	(10.405)
Parnaíba IV	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Comercializadora de Energia	21.850	7	21.857	-	21.857
Parnaíba II	92.533	5.988	98.521	-	98.521
Eneva Participações	-	187	187	-	187
PGN	31.808	13.899	45.707	-	45.707
Amapari	-	-	-	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	(2.047)	(2.047)
	<b>267.994</b>	<b>126.235</b>	<b>394.229</b>	<b>(286.671)</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Diferido Líquido</b>					<b>357.815</b>
<b>Passivo Diferido Líquido</b>					<b>(250.257)</b>

Consolidado					
2016					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Eneva S.A.	-	-	-	(207.049)	(207.049)
Itaqui	117.207	74.920	192.127	(649)	191.478
Parnaíba I	-	34.081	34.081	(55.155)	(21.074)
Parnaíba III	350	155	505	(8.790)	(8.285)
Parnaíba IV	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Comercializadora de Energia	21.851	-	21.851	-	21.851
Parnaíba II	102.846	7.829	110.675	-	110.675
BPMB	-	5.003	5.003	-	5.003
PGN	39.291	27.997	67.288	-	67.288
Amapari	-	-	-	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	(2.049)	(2.049)
	<b>281.545</b>	<b>149.985</b>	<b>431.530</b>	<b>(287.892)</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Diferido Líquido</b>					<b>396.295</b>
<b>Passivo Diferido Líquido</b>					<b>(252.657)</b>

Abaixo a composição do imposto diferido por natureza:

	2017	2016
Provisões	32.692	26.089
PIS e COFINS liminar	119	84
Gastos pré-operacionais - RTT <sup>(1)</sup>	93.424	166.099
<b>Ativo - diferenças temporárias</b>	<b>126.235</b>	<b>192.272</b>

(1) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, compõem o saldo de prejuízos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2017, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	95.316	(57.995)	185.054	11.713
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(32.407)	19.718	(62.918)	(3.982)
Resultado de equivalência patrimonial	90.932	(22.863)	-	(13.284)
Diferenças permanentes	(16.103)	(6)	(4.489)	8.350
Ativo fiscal não constituído (a)	(42.240)	(61.590)	(80.427)	(143.537)
Redução Benefício SUDENE e PAT	-	-	56.640	29.601
Imposto de renda e contribuição social no resultado	182	(64.741)	(91.194)	(122.852)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(49.494)	(45.191)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	182	(64.741)	(41.700)	(77.661)
Total	182	(64.741)	(91.194)	(122.852)

(a) Refere-se a parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrada devido à incerteza quanto a sua avaliação, considerando os atuais estudos de realização para o crédito tributário, vide quadro abaixo com os saldos apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(20.057)	(43.371)	(60.514)	(96.472)
Diferenças Temporárias	(22.183)	(18.219)	(19.913)	(47.065)
	<b>(42.240)</b>	<b>(61.590)</b>	<b>(80.427)</b>	<b>(143.537)</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas e considerando o cenário ocorrido no exercício de 2017, em que a Companhia iniciou a recuperação dos créditos tributários, segue abaixo demonstrativo da projeção para os próximos anos iniciando por 2018:

	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos até 2029	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	52.804	41.314	28.368	23.978	29.324	218.441	394.229

## 12. Investimentos

### 12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participações societárias	5.434.016	5.051.308	422.492	440.748
Futura aquisição de investimento	95	95	95	95
	<b>5.434.111</b>	<b>5.051.403</b>	<b>422.587</b>	<b>440.843</b>

### 12.2 Participações societárias

	Participação Societária	
	2017	2016
<b>Controladas diretas:</b>		
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
BPMB Parnaíba S.A. (*)	-	100,00%
ENEVA Desenvolvimento S.A. (**)	-	99,99%
ENEVA Participações S.A.	100,00%	100,00%
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
MPX Energia GMBH	100,00%	100,00%
Parnaíba B.V.	100,00%	100,00%
Parnaíba Gás Natural S.A.	100,00%	100,00%
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Eneva Investimentos S.A. (**)	-	99,99%
SPE's Ventos	100%	100%
Tauá II Geração de Energia Ltda. (**)	-	100,00%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
<b>Controladas indiretas:</b>		
Açu II Geração de Energia S.A. (**)	-	50,00%
Açu III Geração de Energia Ltda. (**)	-	100,00%
ENEVA Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda. (**)	-	50,00%
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	9,63%	30,00%
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	50,00%
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Seival Participações S.A. (**)	-	50,00%
Sul Geração Energia Ltda.	50,00%	50,00%
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Termopantanal Ltda.	100,00%	100,00%
UTE Porto do Açu Energia S.A. (***)	-	50,00%
<b>Controladas em Conjunto:</b>		
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	50,00%
Pecém II Participações S.A.	50,00%	50,00%
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	50,00%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
<b>Coligadas:</b>		
Seival Sul Mineração Ltda.	30,00%	30,00%

(\*) A Controlada BPMB foi incorporada à Parnaíba Gás Natural em 31.08.2017  
 (\*\*) As controladas foram incorporadas à Eneva Participações S.A em 31.08.2017  
 (\*\*\*) A controlada foi incorporada à Eneva Participações S.A em 31.10.2017

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos dos principais grupos de contas das empresas onde a Companhia possui participações societárias são os seguintes:

	2017				
	Ativo circulant e	Ativo não circulant e	Passivo circulant e	Passivo não circulant e	Patrimôni o líquido
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>					
Amapari Energia S.A.	6.883	1.749	32.923	3.738	(28.029)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	54.049	70.180	51.635	7.597	64.997
ENEVA Participações S.A.	3.265	248.972	10.484	44.729	197.024
Itaqui Geração de Energia S.A.	291.244	2.362.267	330.682	1.378.679	944.150
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398
Parnaíba B.V.	13.603	126.196	61.563	-	78.236
Parnaíba Gás Natural S.A	436.733	2.335.246	449.645	688.321	1.634.013
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (i)	45.007	16.628	70.447	67.104	(75.916)
Parnaíba I Geração de Energia S.A	328.381	1.134.132	196.279	628.203	638.031
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	163.976	1.371.230	60.123	675.979	799.104
Parnaíba III Geração de Energia S.A (i)	172.485	276.501	52.976	150.126	245.884
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (i)	7.187	251.412	18.294	219.161	21.144
Parnaíba Participações S.A. (i)	1.949	253.601	4.312	53.309	197.929
SPE 's Ventos	41	2.063	29	477	1.598
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	-	13.391	348	1.035	12.008
Termopantanal Participações Ltda.	9	400	1	2.726	(2.318)
Tauá Geração de Energia Ltda	358	7.875	445	1.614	6.174
<b>Controladas em Conjunto</b>					
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	78.918	9.341	19.994	76.813	(8.548)
Pecém II Participações S.A	473	655.166	555	3.471	651.613
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	6.895	271	3.322	3.839	5
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	18.148	704	11.418	934	6.500
<b>Coligadas</b>					
Seival Sul Mineração Ltda.	5.597	96.817	4.769	84.873	12.772

	2016					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas (diretas e indiretas)</b>						
Açu II Geração de Energia S.A. (i)	14	3	-	574	(557)	(5.206)
Amapari Energia S.A.	8.558	1.938	31.838	3.340	(24.682)	(6.184)
BPMB Parnaíba Participações S.A.	89.935	537.880	107.250	40.952	479.613	80.291
Eneva Desenvolvimento S.A.	4	166	9	511	(350)	-
ENEVA Participações S.A.	2.970	207.690	5.811	65.703	139.146	(43.557)
Itaqui Geração de Energia S.A.	222.520	2.387.455	184.056	1.412.304	1.013.615	(110.113)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	12.746	55.701	35.596	7.677	25.174	43.155
Parnaíba Gás Natural S.A.	291.942	1.471.701	373.615	877.400	512.628	(28.449)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (i)	19.760	4.522	18.649	65.046	(59.413)	(20.762)
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	241.805	1.178.957	250.530	566.393	603.839	57.329
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	224.075	1.394.583	920.340	255.646	442.672	(29.565)
Parnaíba III Geração de Energia S.A (i)	152.791	269.531	62.692	110.162	249.468	64.369
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (i)	12.227	214.858	15.964	227.816	(16.695)	(25.696)
Parnaíba Participações S.A.	2.896	262.305	2.287	54.324	208.590	14.630
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	1	-	-	11	(10)	-
Seival Participações S.A. (i)	5	114	-	24.089	(23.970)	(63.501)
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	10	14.029	11	1.172	12.856	(300)
Parnaíba B.V.	20.614	116.510	-	55.010	82.114	18
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
Açu III Geração de Energia Ltda	40	-	-	-	40	(2.484)
Eneva Solar Empreendimentos Ltda	1	6.776	-	17	6.760	(1)
SPE 's Ventos	58	2.140	37	419	1.742	(708)
Tauá II Geração de Energia Ltda.	8	477	-	58	427	-
Termopontanal Participações Ltda.	9	400	1	2.726	(2.318)	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	353	1.504	801	1.456	(400)	(39.654)
<b>Controladas em Conjunto</b>						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	82.636	18.385	33.285	74.920	(7.184)	(6.177)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	33	1.084	-	859	258	(113)
Pecém II Participações S.A.	484	693.750	35	21.682	672.517	(63.430)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	5.497	329	3.027	4.522	(1.723)	(324)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	22.290	188	12.274	-	10.204	6.379
<b>Coligadas</b>						
Seival Sul Mineração Ltda.	2.484	49.382	383	35.241	16.242	1.345

- (i) Conforme demonstrado no organograma do Grupo, apresentado na nota explicativa nº1, a Eneva S.A. possui participação direta nessas subsidiárias e também participação indireta, através da controlada Eneva Participações S.A.. Por isso, nos quadros acima demonstramos o percentual de participação de 100%, considerando a participação final da Companhia.

## Investimentos

O saldo das participações societárias no grupo de investimentos está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Investimentos - valor patrimonial (a)	4.745.848	4.086.923	358.201	347.513
Mais valia de ativos (b)	524.359	774.651	64.386	93.330
Direito de concessão (c)	163.904	189.829	-	-
	<b>5.434.111</b>	<b>5.051.403</b>	<b>422.587</b>	<b>440.843</b>

### (a) Mutações do Investimento – valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 2016	Transferência de passivo a descoberto	Integralização de Capital	Redução de Capital Social	Equivalência	Dividendos e JSCP – Declarados *	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Efeito incorporação	Realização do IR/CSLL diferido - Mais-valia	Transferência de ações	Saldo em 2017
BPMB Parnaíba S.A. (i)	0	525.324	-	-	-	27.508	(112.290)	-	-	-	(440.542)	-
Eneva Participações S.A. (ii) (iii)	100	239.567	-	52.757	(18.200)	2.329	-	(2.681)	(12.361)	-	-	261.411
Futura aquisição de investimento	-	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95
Itaqui Geração de Energia S.A.	100	1.014.522	-	-	-	(70.372)	-	-	-	-	-	944.150
MPX ENERGIA GMBH	100	398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398
Parnaíba B.V.	100	84.801	-	-	-	186	-	(5.474)	-	-	-	79.513
Parnaíba Gás Natural S.A. (iv)	100	660.942	-	784.977	-	77.628	-	-	-	(6.895)	-	1.516.652
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	100	604.447	-	-	-	131.378	(97.740)	(53)	-	-	-	638.032
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100	422.931	-	290.000	-	86.173	-	-	-	-	-	799.104
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (iii)	30	75.040	-	-	(15.600)	18.160	(3.706)	95	-	-	-	73.989
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	9,6	-	(5.008)	-	-	1.447	-	5.530	-	-	-	1.969
Parnaíba Participações S.A. (iii)	50	104.806	-	19	(18.200)	16.759	-	(2.681)	-	-	-	100.703
Pecém II Participações S.A.	50	335.567	-	-	-	(18.822)	-	-	-	-	-	316.745
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50	3.709	-	-	-	(459)	-	-	-	-	-	3.250
Seival Sul Mineração Ltda.	30	7.883	-	-	-	(4.052)	-	-	-	-	-	3.831
Sul Geração de Energia Ltda.	50	6.463	-	66	-	(525)	-	-	-	-	-	6.004
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100	428	-	-	-	(43)	-	-	(385)	-	-	-
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	50	-	(447)	-	-	449	-	-	-	-	-	2
		<b>4.086.923</b>	<b>(5.455)</b>	1.127.819	(52.000)	267.744	(213.736)	(5.264)	(12.746)	(6.895)	(440.542)	<b>4.745.848</b>

\*Movimentação de Dividendos e JSCP no exercício de 2017:

Dividendos e JSCP declarados	213.736
Dividendos e JSCP Pagos no Exercício	(136.138)
Impostos incidentes sobre JSCP	(5.288)
Dividendos e JSCP a receber	72.310

- Com base no plano de reestruturação societária da Companhia, a Eneva S.A optou por aportar a BPMB Parnaíba S.A. em sua controlada Parnaíba Gás Natural S.A. que posteriormente incorporou esta empresa.
- Adicionalmente como parte do plano de reorganização societária, a Eneva Participações S.A incorporou o acervo líquido das seguintes empresas: UTE Porto do Açu Energia, Açu II Geração de Energia S.A, Açu III Geração de Energia, Eneva Desenvolvimento S.A, Eneva Investimento (Parnaíba V Geração de Energia S.A), Eneva Solar Empreendimentos S.A, Seival Participações S.A, Tauá II Geração de Energia S.A.
- A Administração da Companhia avaliou a posição de caixa das subsidiárias Eneva Participações S.A, Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba Participações S.A., frente as suas obrigações financeiras e optou por otimizar os recursos por meio da redução de capital.
- O Aporte de capital apresentado acima foi realizado da seguinte forma: (i) R\$ 100.000 em caixa; e (ii) R\$ 684.977 em ativos da BPMB Parnaíba S.A..

(b) Composição da Mais Valia

Mais Valia – Líquida	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
BPMB Parnaíba S.A. (i)	-	230.014	-	-
Eneva Participações S.A. (ii)	52.889	52.889	64.386	64.625
PGN S.A. (iii)	471.470	491.748	-	28.705
	<b>524.359</b>	<b>774.651</b>	<b>64.386</b>	<b>93.330</b>

- Como estratégia de otimização da estrutura societária e operacional da Companhia, a controlada BPMB Parnaíba S.A foi incorporada à Parnaíba Gás Natural, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- A mais-valia sobre a ENEVA Participações S.A. foi gerada na aquisição dos 50% da Eneva Participações, e está associada a projeção da receita operacional líquida proveniente da autorização de operação como Produtor Independente de Energia Elétrica, das suas subsidiárias indiretas Parnaíba III e IV. Todavia a expectativa de rentabilidade futura está associada a uma investida (Parnaíba Participações) da Eneva Participações, e por isso o mesmo é caracterizado com vida útil indefinida, dessa forma a mais valia não é amortizada, e sim testada pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável, conforme pronunciamento técnico do CPC 01.
- O aumento de capital realizado em outubro de 2016 na Companhia se referiu a aquisição de 73% da participação na Parnaíba Gás Natural, gerando assim a mais-valia que está associada ao contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Esta mais-valia tem um prazo de vida útil definida de 24 anos e sua amortização é de 4,0812% a.a.. Este valor é composto pelo saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 471.470 (R\$ 491.748 em 31 de dezembro de 2016) referente a operação de Combinação de Negócios oriunda da aquisição ocorrida em outubro de 2016 e R\$ 10.139 referentes a amortização da primeira operação de aquisição ocorrida em novembro de 2015. Em 2017, foi apurada a amortização no montante de R\$ 20.278.

(c) Composição do Direito de concessão - Ajuste a valor justo

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Itaqui Ger. de Energia S.A. (i)	13.127	13.425
Parnaíba III Ger. de Energia S.A. (ii)	35.436	39.265
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (ii)	11.786	11.870
Parnaíba Gás Natural S.A. (iii)	30.058	31.355
Eneva Participações S.A. (iv)	73.497	73.497
BPMB Parnaíba S.A. (iii)	-	20.417
	<b>163.904</b>	<b>189.829</b>

- O ágio foi gerado na permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia por 100% das ações de Itaqui Ger. de Energia. A transação ocorreu em 2008 junto a EDP Energias do Brasil. O ágio é realizado na mesma proporção da vida útil do CCEAR de Itaqui. Sua vida útil é de 30 anos, e amortização é de 3,3048% a.a..
- O ágio gerado teve origem na aquisição de 30% de Parnaíba III, Parnaíba Geração e Comercialização de Energia e Parnaíba IV Geração de Energia S.A. durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015, conforme o plano de Recuperação Judicial. O ágio referente as aquisições de Parnaíba III estão associadas aos CCEAR, dessa forma o ágio é caracterizado por ter sua vida útil definida e com isso o mesmo é amortizado e testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável. A sua vida útil é de 11 anos, gerando uma amortização anual de 9,0226% a.a.
- Ágio gerado na aquisição de 100% da concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás pela controlada BPMB Parnaíba S.A. ocorrida em novembro de 2015. Em consequência do plano de reestruturação societária da Companhia, todo o ativo BPMB Parnaíba S.A foi integralizado na subsidiária Parnaíba Gás Natural, e será objeto de avaliação da recuperabilidade do ativo pelo menos uma vez ao ano.
- O ágio sobre a ENEVA Participações S.A. foi gerado na aquisição de participação de 50% durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015. O ágio por rentabilidade futura possui vida útil indefinida. Dessa forma não é amortizada, e sim testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável, conforme pronunciamento técnico do CPC 01.

(d) Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial:

<b>Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	267.744	(67.458)
Resultado de Passivo a Descoberto	(11.222)	(28.021)
Amortização de Mais Valia	(32.786)	(24.312)
	<b>223.736</b>	<b>(119.791)</b>

(e) Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas em 31 de dezembro de 2017:

<b>Investimentos</b>	<b>Participação</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>	<b>Atribuído aos não controladores</b>	
				<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Resultado</b>
Amapari Energia S.A.	49.00%	(28.029)	(3.343)	(13.735)	(1.638)
Termopantanal Participações	33.34%	(2.318)	-	(773)	-
<b>Total</b>				<b>(14.508)</b>	<b>(1.638)</b>

**Passivo a Descoberto**

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo do investimento com as controladas do grupo ENEVA encontram-se classificados no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Passivo a descoberto (a)	(42.885)	(50.957)	(4.273)	(2.691)
Mais valia de ativos (*)	11.406	12.411	-	-
	<b>(31.479)</b>	<b>(38.546)</b>	<b>(4.273)</b>	<b>(2.691)</b>

(\*) O saldo apresentado foi gerado na operação de combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 para a produção independente de energia entre as empresas Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e Parnaíba Comercialização e Geração de Energia S.A..



(a) Muta  o do Passivo a Descoberto

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Transfer��ncia a para investiment o	Provis��o p/passivo a descobert o	Integraliza��o de capital	Efeito Incorpor���o	Ajuste de Avalia��o Patrimonial	Saldo em 31/12/2017
A��u II Gera��o de Energia S.A.	(279)	-	(17)	-	296	-	-
Amapari Energia S.A.	(12.586)	-	(1.705)	-	-	-	(14.291)
ENEVA Desenvolvimento	(350)	-	(41)	-	391	-	-
Eneva Investimentos S.A.	(10)	-	(309)	273	46	-	-
MABE Constru��o e Administra��o de Projetos Ltda	(722)	-	(3.551)	-	-	-	(4.273)
Parna��ba Gera��o e Comercializa��o de Energia S.A.	(17.824)	-	(4.951)	-	-	-	(22.775)
Parna��ba IV Gera��o de Energia S.A.	(5.008)	(522)	-	-	-	5.530	-
Pec��m Opera��o e Manuten��o S.A.	(447)	447	-	-	-	-	-
Seival Participa��es S.A.	(11.985)	-	(58)	-	12.043	-	-
Termopantanal Participa��es Ltda	(1.546)	-	-	-	-	-	(1.546)
UTE Porto do A��u Energia S.A.	(200)	-	(590)	767	23	-	-
	<b>(50.957)</b>	<b>(75)</b>	<b>(11.222)</b>	<b>1.040</b>	<b>12.799</b>	<b>5.530</b>	<b>(42.885)</b>

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Provis��o p/passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2016
A��u II Gera��o de Energia S.A.	-	(279)	(279)
Amapari Energia S.A.	(9.431)	(3.155)	(12.586)
ENEVA Desenvolvimento	(350)	-	(350)
ENEVA Investimentos	(10)	-	(10)
MABE Constru��o e Administra��o de Projetos Ltda	(4)	(718)	(722)
Parna��ba Gera��o e Comercializa��o de Energia S.A.	(11.595)	(6.229)	(17.824)
Parna��ba IV Gera��o de Energia S.A.	-	(5.008)	(5.008)
Pec��m Opera��o e Manuten��o S.A.	-	(447)	(447)
Seival Participa��es S.A.	-	(11.985)	(11.985)
Termopantanal Participa��es Ltda	(1.546)	-	(1.546)
UTE Porto do A��u Energia S.A.	-	(200)	(200)
	<b>(22.936)</b>	<b>(28.021)</b>	<b>(50.957)</b>

# 13. Imobilizado

## a) Composição dos saldos - Imobilizado em serviço

Consolidado										
2017										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
Taxa de depreciação %	4		7	17	20	10	DUP			
Custo										
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.947.780	2.735.562	7.776	2.618	11.640	2.568.477	(528.553)	212.029	7.967.904
Adições	-	-	687	112		831	122.096	-	178.724	302.450
Baixas	-	-	(3.636)	(151)	(187)	(17)	-	-	(123)	(4.114)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	(32.712)	-	-	(32.712)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	5.984	-	-	5.984
Transferências	-	11.918	45.462	986	541	283	255.271	-	(314.461)	-
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.959.698	2.778.075	8.723	2.972	12.737	2.919.116	(528.553)	76.169	8.239.512
Depreciação										
Saldo em 31/12/2016	-	(293.878)	(381.682)	(3.505)	(1.066)	(4.575)	(779.413)	24.274	-	(1.439.845)
Adições	-	(93.053)	(108.775)	(1.570)	(323)	(981)	(137.602)	-	-	(342.304)
Baixas	-	-	155	-	174	8	-	-	-	337
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	-	(4.889)	-	-	(4.889)
Saldo em 31/12/2017	-	(386.931)	(490.302)	(5.075)	(1.215)	(5.548)	(921.904)	24.274	-	(1.786.701)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.653.902	2.353.880	4.271	1.552	7.065	1.789.064	(504.279)	212.029	6.528.059
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.572.767	2.287.773	3.648	1.757	7.189	1.997.212	(504.279)	76.169	6.452.811
Consolidado										
2016										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
Taxa de depreciação %	4		7	17	20	10	DUP			
Custo										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.972.723	2.496.089	6.409	1.979	9.803	755.573	(430.575)	249.758	6.072.334
Adições	-	1.782	6.761	1.238	949	2.181	67.774	-	73.968	154.653
Baixas	-	-	(375)	-	(310)	(344)	(7.240)	-	(515)	(8.784)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	96.060	-	-	-	1.801.393	-	-	1.897.453
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	(97.978)	-	(97.978)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	(5.191)	-	-	(5.191)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	(43.832)	-	-	(43.832)
Transferências	-	(26.725)	137.027	129	-	-	-	-	(111.182)	(751)
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.947.780	2.735.562	7.776	2.618	11.640	2.568.477	(528.553)	212.029	7.967.904
Depreciação										
Saldo em 31/12/2015	-	(214.022)	(257.191)	(2.292)	(958)	(3.872)	(167.014)	24.274	-	(621.075)
Adições	-	(86.351)	(117.949)	(1.628)	(362)	(740)	(123.452)	-	-	(330.482)
Baixas	-	6.495	6.168	415	254	37	-	-	-	13.369
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	(12.710)	-	-	-	(488.947)	-	-	(501.657)
Saldo em 31/12/2016	-	(293.878)	(381.682)	(3.505)	(1.066)	(4.575)	(779.413)	24.274	-	(1.439.845)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.758.701	2.238.898	4.117	1.021	5.931	588.559	(406.301)	249.758	5.451.259
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.653.902	2.353.880	4.271	1.552	7.065	1.789.064	(504.279)	212.029	6.528.059

### b) Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, aos equipamentos das usinas, linha de transmissão e subestação. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012.

### c) Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, as UTE's Itaqui e Parnaíba I que entraram em operação em fevereiro 2013 e outubro de 2013, respectivamente. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

### d) Imobilizado em curso

O saldo registrado no grupo de imobilizado em curso, em 31 de dezembro de 2017, corresponde às importações em andamento, no valor de R\$ 13.136 e os bens de imobilizado reserva, de R\$ 63.033, totalizando R\$ 76.169 (R\$ 212.029 em 31 de dezembro de 2016).

As taxas de depreciação dos ativos unitizados não tiveram alterações, mantendo-se a mesma já adotada, conforme resolução normativa 474 de 07 de fevereiro 2012.

Equipamento	Taxa média %
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4
Máquinas e Equipamentos	7
Equipamento de Informática	17
Veículos	20
Móveis e Utensílios	10

### e) Avaliação de *impairment*

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

Na avaliação de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é utilizado o método do Valor em Uso a partir de projeções de fluxo de caixa que consideram as seguintes premissas-chave:

**Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa desalavancados, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

**Prazo:** A projeção inicia-se em 2018 e se estende até o período final de autorização das unidades geradoras de caixa (2043).

Nos ativos de geração de energia a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pelo período de outorga vigente concedido pela União. As Usinas possuem contratos de geração de energia (PPA – “Power Purchase Agreement”) assinados por cada UGC com prazo de 15 anos a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui), 2027 (Pecém, Parnaíba I e III) e 2035 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2043), assumiu-se a continuidade das operações sob regime de disponibilidade, tendo sido utilizados os acordos comerciais vigentes como melhor estimativa para projetar os fluxos operacionais. O modelo considera ainda a projeção desses fluxos operacionais até 2035 e considera uma taxa de crescimento (4,5%, projeção de inflação) para extrapolar as posições de fluxo de caixa até 2043.

Para os ativos de produção de gás natural, o prazo de projeção está atrelado a capacidade operacional das plantas a gás e ao volume de reservas existentes. A empresa de produção de gás natural (Parnaíba Gás Natural) do Grupo, possui programa contínuo de prospecção, exploração e desenvolvimento de campos com o objetivo de gerar e/ou recompor o portfólio de reservas, mantendo assim as condições operacionais de fornecimento de gás natural para as usinas até o período de projeção.

**Preço de venda:** A referência utilizada são as condições contratuais atuais até o final da vida útil dos ativos, indexados pela inflação (IPCA).

**Despacho:** A curva de despacho utilizada no ciclo orçamentário leva em consideração dados macroeconômicos e a conjuntura estrutural do setor.

**CAPEX de manutenção e Overhaul:** Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário, indexados pela Inflação (IPCA). Tratam-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com "overhaul" que ocorrem a cada ciclo de 32 mil horas.

**Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais, considerando efeitos inflacionário, conforme abaixo:

	Itaqui	Pecém II Participações	Parnaíba I	Parnaíba II	Parnaíba III	Parnaíba IV	PGN
<b>CMPC nominal (pós tax)</b>	8,70%	9,00%	8,70%	8,70%	8,70%	8,90%	11,80%
<b>CMPC nominal (pré tax)</b>	11,30%	11,20%	11,30%	11,60%	11,60%	11,20%	15,90%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica de cada Unidade geradora de caixa "UGC".

**Valor residual:** Não foi calculado um valor residual no último período, uma vez que a projeção foi estruturada com base na vida útil econômica dos ativos.

#### a) Depreciação imobilizado E&P

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4.9, o imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por empresa de classe internacional, e com base nessas informações a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo:

Campo Gavião Real	<b>Dez/17</b>	<b>Dez/16</b>
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	8,798	9,356
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	6,208	5,757
Total	2,590	3,599
Campo Gavião Vermelho	<b>Dez/17</b>	<b>Dez/16</b>
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	2,123	2,124
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	0,742	0,417
Total	1,381	1,707

Campo Gavião Branco	<b>Dez/17</b>	<b>Dez/16</b>
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	6,176	5,326
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	1,419	0,685
Total	<u>4,757</u>	<u>4,641</u>
Campo Gavião Caboclo	<b>Dez/17</b>	<b>Dez/16</b>
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	4,155	4,155
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	0,066	0,000
Total	<u>4,089</u>	<u>4,155</u>
Campo Gavião Azul	<b>Dez/17</b>	<b>Dez/16</b>
Volume recuperável em bilhões m <sup>3</sup> (*)	0,936	0,936
Produção do campo acumulada em bilhões de m <sup>3</sup>	0,006	0,000
Total	<u>0,930</u>	<u>0,936</u>

(\*) Quantidades não auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em janeiro de 2018, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA), emitiu novo relatório Executivo de Auditoria das Reservas de Gás Natural, dos sete campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba.

Segundo os critérios do Petroleum Resources Management System (PMRS), a GCA certificou as reservas de gás natural da PGN, na Bacia do Parnaíba, conforme a Tabela 1 abaixo:

Volumes Certificados de Reservas de Gás Natural da PGN, na Bacia do Parnaíba  
(data-base - 31 de dezembro de 2017)

Classificação das Reservas	Reservas de Gás da PGN (100% WI) (Bm <sup>3</sup> )
(1P)	14,2
(2P)	18,8
Desenvolvidas	15,5
Não Desenvolvidas	3,3
(3P)	22,2

## 14. Intangível

### a) Composição dos saldos - Intangível em serviço

	Consolidado								
	2017								
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Contratos de Direito de Exploração	Ágio na Aquisição de Investimentos	Bônus de assinatura	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	5								
Custo									
Saldo em 31/12/2016	86.874	34.002	15.783	183.448	496.817	191.119	340.514	642	1.349.199
Adições	1.658	4.299	-	-	-	-	482	-	6.439
Adições (Incorporação – Mais Valia)	-	-	-	-	-	33.644	-	-	33.644
Adições – MTM	-	1.288	-	-	-	-	-	-	1.288
Transferências (Incorporação)*	-	239.236	-	-	(223.387)	(15.849)	-	-	-
Baixas	-	(70)	-	-	(724)	-	-	-	(794)
Saldo em 31/12/2017	88.532	278.755	15.783	183.448	272.706	208.914	340.996	642	1.389.776
Amortização									
Saldo em 31/12/2016	(19.423)	(706)	(7.926)	(36.742)	(5.069)	(8.505)	(14.274)	-	(92.645)
Adições	(4.927)	(1.844)	(4.547)	(13.238)	(12.677)	(1.532)	(4.042)	-	(42.807)
Adições – Ágio mais valia	-	-	-	-	-	(33.644)	-	-	(33.644)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	(24.350)	(2.550)	(12.473)	(49.980)	(17.746)	(43.681)	(18.316)	-	(169.096)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016	67.451	33.296	7.857	146.706	491.748	182.614	326.240	642	1.256.554
Saldo em 31/12/2017	64.182	276.205	3.310	133.468	254.960	165.233	322.680	642	1.220.680

Consolidado

	2016								
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Contratos de Direito de Exploração	Ágio na Aquisição de Investimentos	Bônus de assinatura	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	5								
Custo									
Saldo em 31/12/2015	72.260	11.637	15.753	183.448	-	191.119	340.514	615	815.346
Adições	1.431	-	-	-	-	-	30	642	2.103
Baixas	(3)	(2.956)	-	-	-	-	-	-	(2.959)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	11.820	25.321	-	-	496.817	-	-	-	533.958
Transferências	1.366	-	30	-	-	-	(30)	(615)	751
Saldo em 31/12/2016	86.874	34.002	15.783	183.448	496.817	191.119	340.514	642	1.349.199

<b>Amortização</b>									
Saldo em 31/12/2015	(11.554)	(4.261)	(6.928)	(24.472)	-	(1.491)	-	-	(48.706)
Adições	(3.649)	(1.583)	(998)	(12.270)	(5.069)	(7.014)	(14.274)	-	(44.857)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	(4.220)	(440)	-	-	-	-	-	-	(4.660)
Baixas	-	5.578	-	-	-	-	-	-	5.578
Saldo em 31/12/2016	(19.423)	(706)	(7.926)	(36.742)	(5.069)	(8.505)	(14.274)	-	(92.645)

<b>Valor Contábil</b>									
Saldo em 31/12/2015	60.706	7.376	8.825	158.976	-	189.628	340.514	615	766.640
Saldo em 31/12/2016	67.451	33.296	7.857	146.706	491.748	182.614	326.240	642	1.256.554

\*Saldos oriundos da incorporação realizada envolvendo as empresas BPMB Parnaíba S.A. (incorporada) e Parnaíba Gás Natural S.A. (incorporadora), conforme descrito na nota explicativa nº1.

### Contratos de direito de exploração

Em 31 de dezembro de 2017, as subsidiárias integral Parnaíba Gás Natural ("PGN") e Parnaíba Participações participam das seguintes concessões:

Nº	Bloco/Contrato	Rodada ANP	Operador	% PGN	% Parnaíba Participações
1	BT-PN-1	9ª	PGN	100%	-
2	BT-PN-4	9ª	PGN	100%	-
3	BT-PN-5	9ª	PGN	100%	-
4	BT-PN-7	9ª	PGN	100%	-
5	BT-PN-8	9ª	PGN	100%	-
6	BT-PN-10	9ª	PGN	100%	-
7	PN-T-69_R13	13ª	PGN	100%	-
8	PN-T-84_R13	13ª	PGN	70%	30%
9	PN-T-87_R13	13ª	PGN	100%	-
10	PN-T-101_R13	13ª	PGN	100%	-
11	PN-T-103_R13	13ª	PGN	100%	-
12	PN-T-146_R13	13ª	PGN	100%	-
13	PN-T-163_R13	13ª	PGN	100%	-

A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) dessas controladas é realizada com as empresas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV, também subsidiárias da controladora ENEVA. Este ativo intangível foi identificado na operação de combinação de negócios, envolvendo a Parnaíba Gás Natural (PGN), conforme descrito na nota explicativa nº 16.

#### Direito de uso em curso

Refere-se a bônus de assinatura da Parnaíba Gás Natural decorrentes da aquisição da concessão dos blocos da 9º e 13º rodadas. Além disso, compõe o saldo, os direitos de uso dos terrenos, relativos ao projeto de parque Eólico.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante acumulado líquido é de R\$ 322.680.

#### **b) Avaliação de *impairment***

O ativo intangível e o ativo imobilizado foram submetidos aos testes de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa 13 - Imobilizado (item e).

Como consequência dos testes de valor recuperável, não foi necessária a constituição e/ou reversão de provisão para *impairment* no ativo intangível e imobilizado em 31 de dezembro de 2017. Para as UGCs de carvão, apesar dos fluxos de caixa apresentarem uma melhora em relação aos anos anteriores, a administração manteve a provisão de *impairment* do imobilizado pelo mesmo montante do ano anterior considerando o histórico de prejuízos e a instabilidade das plantas nos anos anteriores, sendo esperadas melhorias crescentes oriundas de ajustes operacionais em implementação a partir de 2017.



## 15. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e as operações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

### **Acionistas**

Os principais acionistas da Companhia são Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, Uniper Energy e o Itaú Unibanco S.A, que detém, respectivamente, 26,8%, 23,0%, 6,11% e 5,9% das ações ordinárias.

### **Administradores**

A Companhia é administrada por Conselho de Administração e por Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

### **Empresas ligadas**

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, Uniper Energy e o Itaú Unibanco S.A e suas respectivas controladas e coligadas.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Mútuo</b>				
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	165.585	149.734	-	-
MABE da Brasil (b)	17.881	16.349	17.881	16.349
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (c)	79.523	102.604	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	264.563	243.653	264.563	243.653
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	2.529	2.318	2.529	2.318
Termopantanal Ltda.	7.683	7.683	-	-
Termopantanal Ltda.	(7.453)	(7.453)	-	-
	<b>530.311</b>	<b>514.888</b>	<b>284.973</b>	<b>262.320</b>
<b>Operações comerciais</b>				
Açu II Geração de Energia Ltda.	-	6	-	-
Açu III Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-
Amapari Energia S.A.	642	293	-	-
BPMB Parnaíba S.A.	-	56	-	-
ENEVA Comercializadora de Energia S.A.	3.352	2.819	-	-
ENEVA Desenvolvimento	-	2.728	-	-
ENEVA Investimentos S.A.	-	11	-	-
ENEVA Participações S.A.	5.996	138	-	-
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda.	-	232	-	-
Uniper Energy	92	92	93	92
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	7.966	960	-	-
MABE do Brasil (b)	22	22	22	22
Parnaíba Gás Natural S.A. (e)	10.483	-	-	-
Parnaíba Geração e Comércio de Energia	194	-	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	5.162	564	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	8.278	4.713	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	2.386	225	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (c)	1.465	169	-	-
Parnaíba Participações S.A.	179	108	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	7.028	1.215	49.524	2.786
Pecém II Participações S.A.	2.484	-	2.761	-
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A	10	10	10	10
PO&M Geração Elétrica S.A	18	-	18	-
SPE 's Ventos	40	-	-	-
Seival Geração de Energia S.A.	375	287	-	-
Seival Participações S.A.	-	65	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	10	10	4.155	9
Sul Geração de Energia S.A.	342	357	-	-
Tauá Geração de Energia	575	-	-	-
Tauá II Geração Energia Solar Ltda.	-	58	-	-
Termopantanal Participações Ltda.	-	457	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	395	-	-
	<b>57.099</b>	<b>15.990</b>	<b>56.583</b>	<b>2.919</b>
	<b>587.410</b>	<b>530.878</b>	<b>341.556</b>	<b>265.239</b>
<b>Debêntures</b>				
Parnaíba Gás Natural (f)	306.270	246.600	-	-
	<b>306.270</b>	<b>246.600</b>	-	-
<b>Total ativo longo prazo</b>	<b>893.680</b>	<b>777.478</b>	<b>341.556</b>	<b>265.239</b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017 – ENEVA S.A.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Mútuo</b>				
Parnaíba Participações S.A.	-	31.403	-	-
Petra Energia S.A.	-	-	-	5.275
	-	<b>31.403</b>	-	<b>5.275</b>
<b>Debêntures</b>				
Parnaíba Gás Natural S.A. (f)	-	-	82.281	82.152
	-	-	<b>82.281</b>	<b>82.152</b>
<b>Operações comerciais</b>				
Amapari Energia S.A.	3	-	-	-
Copelmi Mineração Ltda.	-	-	146	146
Uniper Energy	13	13	27.987	28.702
ENEVA Participações S.A.	3.355	4.774	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	2.186	2.186	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A.	3.387	-	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	35	35	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	29	29	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	11	11	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	7	7	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	45	45	2.702	2.112
Pecém II Participações S.A.	-	-	12	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	-	-	3
Tauá Geração de Energia Ltda.	444	445	-	-
	<b>9.515</b>	<b>7.545</b>	<b>30.847</b>	<b>30.963</b>
<b>Total passivo curto e longo prazo</b>	<b>9.515</b>	<b>38.948</b>	<b>113.128</b>	<b>118.390</b>

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Amapari Energia S.A.	539	266	-	-
BPMB Parnaíba S.A.	-	631	-	-
Eneva Comercializadora de Combustível Ltda.	-	-	-	-
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	1.105	1.283	-	-
Eneva Desenvolvimento S.A.	-	46	-	-
Eneva Participações S.A.	737	(2.554)	-	-
Eneva Solar Empreendimentos Ltda.	-	-	-	-
Uniper Energy	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	28.104	38.767	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (b)	1.802	2.277	1.802	2.277
MPX Chile Energia	-	(28.153)	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A. (e)	68.125	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	479	-	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	7.067	4.944	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	5.913	2.781	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	3.294	1.919	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (c)	14.758	18.187	-	-
Eneva Investimento S.A.	13	-	-	-
Parnaíba Participações S.A.	(3.810)	(2.242)	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	27.307	38.862	27.307	38.862
Pecém II Participações S.A.	2.851	-	2.851	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	270	339	270	339
Seival Geração de Energia S.A.	88	-	-	-
Seival Participações S.A.	-	57	-	-
SPE's Ventos	86	-	-	-
Sul Geração de Energia S.A.	41	51	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	291	163	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	94	-	-
	<b>159.060</b>	<b>77.718</b>	<b>32.230</b>	<b>41.478</b>

- (a) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a ENEVA (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. Em junho de 2016, capitalizamos como investimento todo o principal deste mútuo, no montante de R\$ 332.095. Portanto o saldo de R\$ 165.585 refere-se apenas aos juros. Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado é de R\$ 18.280 e (ii) ressarcimento de custos relativos a

atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 7.966. Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado é de R\$ 9.824;

- (b) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a ENEVA (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 14.710 (principal) e R\$ 3.171 (juros). Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado consolidado é de R\$1.802;
- (c) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a ENEVA (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 29.318 (principal) e R\$ 50.205 (juros). Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado é de R\$ 12.864 e (ii) ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 1.465. Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado é de R\$1.894;
- (d) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado entre ENEVA (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$222.465 (principal) e R\$ 42.098 (juros). (i) Em 31 de dezembro de 2017, efeito no resultado é de R\$ 22.298 e (ii) ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$7.028. Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado é de R\$ 5.009;
- (e) O saldo é composto pelo ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 10.483 devidos a holding. Em 31 de dezembro de 2017, o efeito no resultado para essa transação é de R\$ 8.456. Adicionalmente, receita de R\$ 59.669 referente a juros sobre a 3º e 4º emissão de debêntures;
- (f) O saldo refere-se as debêntures conversíveis em ações da 3ª e 4ª emissão da Parnaíba Gás Natural que integraram a transação de combinação de negócios. O fluxo financeiro de recebimento dos juros das debêntures será recebidos nos próximos 3 anos.

### Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de curto prazo	31.831	5.535	34.410	16.771
	<b>31.831</b>	<b>5.535</b>	<b>34.410</b>	<b>16.771</b>

Abaixo os montantes de remuneração individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores:

	2017			Consolidado 2016		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	237.600	403.600	662.400	396.000	1.157.872	3.928.162
Diretores	1.503.026	3.847.225	12.457.457	780.887	2.151.100	6.180.965
	<u>1.740.626</u>	<u>4.250.825</u>	<u>13.119.857</u>	<u>1.176.887</u>	<u>3.308.972</u>	<u>10.109.127</u>

Relativamente ao plano de pagamento baseados em ações, vide nota explicativa 24.

## 16. Combinação de negócios

Em 25 de setembro de 2009 a Eneva S.A. e a OGX Petróleo e Gás ('OGX') constituíram a OGX Maranhão Petróleo e Gás (antiga denominação da Parnaíba Gás Natural – 'PGN'), com os respectivos percentuais de participação 33,33% e 66,67%.

Em 19 fevereiro de 2014 a Parnaíba Gás Natural passou por uma reestruturação societária, onde a Uniper Energy (antiga EON) e a Cambuhy Investimentos Ltda ("Cambuhy") passaram a integrar a base de acionistas da empresa, diluindo os demais acionistas.

Em 05 de novembro de 2015 a Eneva S.A. recebeu com parte do seu aumento de capital, no âmbito do plano de recuperação judicial a participação que a Uniper Energy detinha na Parnaíba Gás Natural. Após essa transferência das ações da Uniper Energy, a PGN passou a ter como acionistas apenas a Eneva S.A., Cambuhy e a OGX.

Em 03 de outubro de 2016, a Eneva S.A. recebeu como parte do seu aumento de capital privado a participação detida pelo fundo Cambuhy e pela OGX, no capital social da PGN, passando a deter 100% do seu capital social.

Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2016, a Eneva S.A. adquiriu a totalidade das ações da Parnaíba B.V.. Esta operação foi um desdobramento do aumento de capital privado da Companhia, citado anteriormente. A Parnaíba B.V. é a detentora de equipamentos estratégicos para a campanha exploratória do gás natural, da PGN. Esta empresa, antes da aquisição, era controlada pela OGX. Como os dois negócios (PGN e Parnaíba B.V.) são interdependentes, faz sentido que eles façam parte da mesma estrutura societária.

### Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

O CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis de PGN e Parnaíba B.V., com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA – Purchase Price Allocation) na Controladora Eneva S.A..

A seguir apresentamos os efeitos da alocação do preço de compra e os demais reflexos:

#### a) Identificação e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis:

Os contratos de direito de exploração detidos por PGN, referentes a 9ª e 13ª rodadas licitatórias da ANP, foram avaliados e tiveram seu valor justo calculado conforme abaixo:

Ativo Intangível base contábil de 31.08.17 da PGN - [a]	32.690
Ativo Intangível a valor justo* - [b]	529.508
<b>Mais Valia [c] = [a] - [b]</b>	<b>(496.818)</b>

\* Para a avaliação deste ativo intangível foi considerada a metodologia de Abordagem da Renda e o Método dos Multi-Period Excess Earnings (MEEM).

#### b) Impostos diferidos:

Conforme disposto no CPC 32, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios devem ser reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição, e sobre tais valores deve ser apurado seu imposto diferido (ativo ou passivo):

IRCSLL Diferido	Base Contábil	Valor Justo	Diferença Temporária	Alíquota	Imposto Diferido
Ativo Intangível	32.690	529.508	(496.818)	34%	(168.918)
Juros a valor justo	105.775	178.966	(73.191)	34%	(24.885)
<b>Impostos Diferidos Total (Passivo)</b>					<b>144.033</b>

c) Definição do valor justo da contraprestação:

O preço de emissão individual das novas Ações foi de R\$15,00 (quinze reais), dos quais (i) R\$13,14 (treze reais e quatorze centavos) foram destinados à conta de capital social; e (ii) R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos) foram destinados à conta de reserva de capital.

Para avaliação do valor justo da contraprestação transferida a Companhia utilizou a cotação de suas ações, na data da operação (03 de outubro de 2016), que era de R\$ 13,06 por ação, por se tratar de instrumento financeiro cotado (nível 01 na classificação de instrumentos financeiros), conforme abaixo demonstrado:

Quantidade de ações entregues – [a]	76.384.790
Preço de emissão – [b]	15,00
Preço de tela (ações Eneva) – [c]	13,06
Diferença d = [b] - [c]	1,94
<b>Efeito total – R\$ mil e = [a] x [d]</b>	<b>148.186</b>
<b>Valor Justo da contraprestação – R\$ mil f = [a] x [c]</b>	<b>997.585</b>

d) Com a adoção da cotação das ações da Eneva S.A., na data de transação, como valor justo da contraprestação transferida apuramos uma compra vantajosa, no montante de R\$ 190.416. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram analisados e corretamente identificados:

Debêntures ativas	246.600
Patrimônio líquido PGN a valor justo (parcela incremental de 83,61%)	858.497
Patrimônio líquido Parnaíba B.V a valor justo (100%)	82.904
<b>Ativos recebidos na aquisição – [a]</b>	<b>1.188.001</b>
Quantidade de ações	76.384.790
Preço de tela ações Eneva	13,06
<b>Valor justo da contraprestação – [b] = (qtde * preço)</b>	<b>997.585</b>
<b>Compra Vantajosa [c] = [a] - [b]</b>	<b>190.416</b>

Esta operação foi considerada uma combinação de negócios em estágio. Por esse motivo, a Companhia mensurou novamente a sua participação anterior na PGN pelo valor justo aplicado a nova aquisição, reconhecendo em seu resultado uma perda no montante de R\$ 4.370, conforme abaixo demonstrado:

<b>Avaliação a valor justo da participação anterior</b>	
Avaliação da participação anterior	168.291
Participação anterior registrada	172.661
<b>Ajuste de avaliação - Participação anterior</b>	<b>(4.370)</b>

A seguir apresentamos resumo do balanço patrimonial a valor justo, das empresas adquiridas:

<b>PGN</b>			
Ativo Circulante	250.757	Passivo Circulante	343.445
Ativo não circulante	1.978.142	Passivo não circulante	858.666
		Patrimônio líquido	1.026.788
<b>Ativo total</b>	<b>2.228.899</b>	<b>Passivo total</b>	<b>2.228.899</b>
<b>Parnaíba BV</b>			
Ativo Circulante	74	Passivo Circulante	37.613
Ativo não circulante	120.443	Passivo não circulante	-
		Patrimônio líquido	82.904
<b>Ativo total</b>	<b>120.517</b>	<b>Passivo total</b>	<b>120.517</b>

# 17. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

					Consolidado							
					2017				2016			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venci-mento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+2,78%	15/06/26	(6.694)	787.413	2.948	783.667	(7.534)	808.901	2.923	804.290
Itaqui	BNB	R\$	10%	15/12/26	(1.946)	194.420	825	193.299	(2.190)	200.527	759	199.096
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	IPCA+12,13%	15/06/26	(1.507)	140.710	7.588	146.791	(1.696)	141.116	7.774	147.194
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	TJLP+4,8%	15/06/26	(1.279)	156.388	714	155.823	(1.439)	159.606	692	158.859
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+3,77%	15/06/27	(24.089)	357.314	1.483	334.708	(25.965)	390.709	1.946	366.690
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R\$	IPCA+6,67%	15/07/26	(8.407)	193.340	5.731	190.664	(9.061)	208.875	6.185	205.999
Parnaíba II	Bradesco	R\$	CDI+2,50%	03/01/19	-	40.000	-	40.000	-	31.513	6.864	38.377
Parnaíba II	CEF	R\$	CDI+3,00%	03/01/19	-	-	-	-	-	269.918	156.890	426.808
Parnaíba II	Bradesco	R\$	CDI+3,00%	03/01/19	-	334.116	7.070	341.186	-	334.116	29.359	363.475
Parnaíba II	BNDES (Indireto)	R\$	TJLP+5,15%	15/09/27	-	250.451	1.179	251.630	-	261.531	1.232	262.763
PGN	BTGI LLC	R\$	CDI+3,50%	05/06/18	-	25.000	172	25.172	-	50.000	615	50.615
PGN	FINOP	R\$	TJLP+3,00%	15/03/25	-	39.724	153	39.877	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	R\$	CDI+2,75%	15/05/28	-	282.642	130.294	412.936	-	282.642	82.984	365.626
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	R\$	CDI+2,75%	15/05/28	-	514.770	237.301	752.071	-	514.770	151.137	665.907
ENEVA S/A	Bullseye I FIDC	R\$	CDI+2,75%	15/05/28	-	55.641	25.649	81.290	-	55.641	16.336	71.977
ENEVA S/A	Bullseye I LLC	US\$	LIBOR 6M	15/05/28	-	113.735	3.320	117.055	-	112.054	765	112.819
ENEVA S/A	Banco Credit Suisse	US\$	LIBOR 6M	15/05/28	-	12.388	361	12.749	-	12.204	84	12.288
					<b>(43.922)</b>	<b>3.498.052</b>	<b>424.788</b>	<b>3.878.918</b>	<b>(47.885)</b>	<b>3.834.123</b>	<b>466.545</b>	<b>4.252.783</b>
<b>Depósitos Vinculados</b>					-	<b>(176.158)</b>	-	<b>(176.158)</b>	-	<b>(155.485)</b>	-	<b>(155.485)</b>
<b>Saldo líquido de empréstimos e financiamentos</b>					<b>(43.922)</b>	<b>3.321.894</b>	<b>424.788</b>	<b>3.702.760</b>	<b>(47.885)</b>	<b>3.678.638</b>	<b>466.545</b>	<b>4.097.298</b>
<b>Circulante</b>					<b>(4.829)</b>	<b>168.117</b>	<b>27.863</b>	<b>191.151</b>	<b>(4.082)</b>	<b>776.864</b>	<b>215.239</b>	<b>988.021</b>
<b>Não circulante</b>					<b>(39.093)</b>	<b>3.153.777</b>	<b>396.925</b>	<b>3.511.609</b>	<b>(43.803)</b>	<b>2.901.774</b>	<b>251.306</b>	<b>3.109.277</b>

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos pelos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, a controladora Eneva S.A. concede Aval para as subsidiárias.

Abaixo a movimentação dos empréstimos (circulante e não circulante):

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2016</b>	<b>1.228.617</b>	<b>4.097.298</b>
(+) Novas captações	-	39.626
(+) Juros incorridos	145.619	467.022
(+/-) Variação cambial Juros	1.865	105
(+/-) Variação cambial Principal	-	1.864
(-) Pagamento de juros	-	(340.197)
(-) Pagamento de principal	-	(542.952)
(+) Amortização do custo de captação	-	3.545
(-) Atualização monetária contratual	-	(2.878)
(-) Depósitos Vinculados	-	(20.673)
<b>Saldo em 2017</b>	<b>1.376.101</b>	<b>3.702.760</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 2015</b>	<b>1.068.705</b>	<b>3.918.551</b>
(+) Novas captações	-	10.191
(+) Juros incorridos	162.025	545.111
(+/-) Variação cambial Juros	(103)	(103)
(+/-) Variação cambial Principal	(26.621)	(29.422)
(-) Pagamento de juros	-	(221.540)
(-) Pagamento de principal	-	(77.673)
(+) Amortização do custo de captação	-	3.461
(-) Atualização monetária contratual	(9.935)	(12.863)
(-) Depósitos Vinculados	34.546	(38.415)
<b>Saldo em 2016</b>	<b>1.228.617</b>	<b>4.097.298</b>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>Consolidado</b>
	<b>2017</b>
Ano de vencimento	
2019	559.418
2020	212.693
2021	254.251
2022 até último vencimento	2.661.405
	3.687.767
Depósitos Vinculados	(176.158)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>3.511.609</b>



### **Covenants financeiros e não financeiros**

Os contratos de financiamento das subsidiárias operacionais possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2017 se encontram integralmente atendidas:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba Gás Natural S.A. contém cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

<b>Empresa</b>	<b>Descrição do Covenants Financeiros</b>	<b>Posição em 31/12/2017</b>
Parnaíba I	Índice de Capital Próprio de no mínimo 25%	Atendido
Parnaíba I	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20	Atendido
Parnaíba III	Dívida Líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Atendido
Itaqui	Relação Equity x Debt proporcional a 25/75	Atendido
Itaqui	Relação Patrimônio x Ativo Total de no mínimo 20%	Atendido
PGN	<i>Leverage Ratio</i> (Dívida/Equity) de até 3,0	Atendido
PGN	Dívida Líquida de no máximo 2,0 vezes o EBITDA	Atendido
PGN	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,30	Atendido

Conforme acima apresentado, não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2017.

## 18. Debêntures

						Consolidado						
						2017			2016			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Parnaíba III	Bradesco (a)	R\$	CDI + 2,95%	05/12/24	(5.612)	100.000	419	94.807	-	100.457	3.063	103.520
PGN	2ª Emissão (Bradesco/Citibank) (b)	R\$	123% CDI	28/02/20	(3.968)	496.170	15.438	507.640	(6.407)	661.560	36.498	691.651
PGN	5ª Emissão (Icatu) (c)	R\$	123% CDI	25/02/18	-	50.000	385	50.385	-	50.000	790	50.790
					(9.580)	646.170	16.242	652.832	(6.407)	812.017	40.351	845.961
<b>Circulante</b>					3	215.390	16.245	231.635	-	215.391	40.351	255.742
<b>Não circulante</b>					(9.583)	430.780	-	421.197	(6.407)	596.626	-	590.219

- (a) Em 24 de novembro de 2017, a Parnaíba III realizou sua 2ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 260.000, ao custo de 100% do CDI acrescido de 2,95% a.a, a serem amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas a partir de 2019. A primeira tranche já desembolsada em 13 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 100.000, foi utilizada para realizar o resgate antecipado total das Debêntures da 1ª de R\$100.457. O desembolso da 2ª tranche está prevista para ocorrer em 2018.
- (b) Em fevereiro de 2014, a PGN aprovou a emissão de 74.500 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, representando um montante de até R\$ 745.000, ao custo de 120% de CDI, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2020, com juros remuneratórios semestrais e amortização do principal na seguinte proporção: 11,2% em Fev/16, 22,2% em Fev/17, 22,2% em Fev/18, 22,2% em Fev/19 e 22,2% em Fev/20. Em 25 de fevereiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a prorrogação da primeira parcela de amortização do principal de 28 de fevereiro de 2016 para 28 de agosto de 2016. Em 3 de outubro de 2016 foi aprovada a majoração dos juros remuneratórios para 123% do CDI. Em fevereiro de 2017 foi realizado o pagamento do principal no montante de R\$ 165.390.
- (c) Em 25 de Fevereiro de 2016, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures, de subscrição privada, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, na quantidade de 7.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com vencimento em 25 de fevereiro de 2017. Do total emitido, 5.000 debêntures foram subscritas totalizando R\$50.000. Conforme previsto na escritura das debêntures, a Companhia poderia exercer o direito de postergar o vencimento das debêntures por até quatro períodos consecutivos de 6 meses. Em Fevereiro de 2018 foram liquidados R\$ 50.000 de principal e R\$ 1.000 de juros.

Abaixo a movimentação das debêntures:

### Saldo em 2016

- (+) Novas captações
- (+) Juros incorridos
- (-) Pagamento de juros
- (-) Pagamento de principal
- (+) Amortização do custo de captação

### Saldo em 2017

### Consolidado

**845.962**

100.000

83.372

(107.898)

(265.846)

(2.758)

**652.832**

### Saldo em 2015

- (+) Aquisição controlada PGN
- (+) Juros incorridos
- (-) Pagamento de juros
- (-) Pagamento de principal
- (+) Amortização do custo de captação

### Saldo em 2016

### Consolidado

**173.261**

714.715

54.198

(28.543)

(68.543)

873

**845.961**

As debentures apresentadas acima não são conversíveis em ações e não possuem cláusulas contratuais (Covenants).

## 19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	15.800	25.269
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	25.407	19.785
Imposto de Renda Retido na Fonte	144	1.106	43.514	42.823
Imposto de Renda sobre leasing	-	-	4.402	-
ICMS	3	23	81.262	34.396
CSL e IOF	458	3.689	1.925	1.254
IPI Importação	-	-	40	40
PIS/COFNS	3.870	-	23.078	20.322
FGTS	240	127	907	625
Imposto de Importação	-	-	122	122
Royalties/Participação Especial	-	-	-	5.546
Outros	37	142	2.619	3.272
	<b>4.752</b>	<b>5.087</b>	<b>199.076</b>	<b>153.454</b>

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito importante nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	907.917	777.533
Depósito vinculado	14.237	55
Operações com partes relacionadas	587.410	530.878
Debêntures a receber	306.270	246.600
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	546.343	107.836
Caixa e Equivalente de Caixa (nível 1)	502.905	70.970
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	43.438	36.866
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	1.398.425	1.283.184
Fornecedores	12.809	15.619
Empréstimos e financiamentos	1.376.101	1.228.617
Operações com partes relacionadas	9.515	38.948
<b>Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	-	-

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	958.346	622.961
Contas a receber	524.886	315.153
Depósito vinculado	91.904	32.203
Operações com partes relacionadas	341.556	265.239
Contas a receber - operações de comercialização de energia LP	-	10.366
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	984.030	626.754
Caixa e equivalente de caixa (Nível 1)	766.884	493.997
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	217.146	132.757
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	4.814.817	5.296.703
Fornecedores	294.079	182.659
Empréstimos e financiamentos	3.702.760	4.097.298
Debêntures	652.832	845.961
Operações com partes relacionadas	113.128	118.390
Retenções contratuais	4.330	4.330
Contas a pagar – Setor elétrico	47.688	48.065
<b>Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	-	-

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo).

### Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

### Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Derivativos designados como hedge de valor justo fornecem proteção contra a exposição às mudanças no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos, compromisso firme não reconhecido ou a parcela identificada do ativo.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, as subsidiárias Parnaíba Gás Natural e Parnaíba I Geração de Energia, classificam formalmente e documentam as relações de hedge à qual a empresa deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a PGN e a Parnaíba I, irão avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge. Quanto ao hedge de valor justo, a demonstração do caráter a um risco particular na transação prevista no objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferências dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge por meio do resultado, é também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Em dezembro de 2017 a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("NDF's), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente das seguintes transações (i) aquisição pela Parnaíba Gás Natural junto a Petrobras de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarboneto da concessão do Campo de Azulão e (ii) compra de equipamentos a serem utilizados no ciclo operacional de manutenção da usina pela Parnaíba I Geração de Energia S.A.. O valor contratual da operação é de USD 56,260 e USD 8,393, respectivamente. Estes montantes têm data prevista de liquidação em março de 2018.

A Companhia avaliou o objeto do hedge e classificou a operação como um derivativo de valor justo do ativo. Portanto, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* (MtM) foram de R\$ 1.394, em perdas, e R\$ 106, ganhos, para PGN e Parnaíba I, respectivamente.

### Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

#### 20.1.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termoeletricas.

O preço do carvão em estoque está fixado e será convertido em receita pela remuneração da geração de energia de acordo com as regras do PPA (*Power Purchase Agreement*). O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termoeletrica. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2017 e 2016:

Itaqui	Valor de Mercado	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
<b>2016 (R\$)</b>			
Receita Variável (Parcela Ccomb)	171.308.862	214.136.078	256.963.293
Custo Variável (Carvão)	(172.475.646)	(210.785.842)	(249.096.038)
Resultado Variável	(1.166.784)	3.350.236	7.867.255
<b>2017 (R\$)</b>			
Receita Variável (Parcela Ccomb)	206.762.377	258.452.971	310.143.565
Custo Variável (Carvão)	(188.059.712)	(231.257.898)	(274.456.083)
Resultado Variável	18.702.665	27.195.073	35.687.482

<sup>(a)</sup> ARA: Áreas de Amsterdã-Roterdã-Antuérpia - uma área portuária e de refino na região belga-holandesa. Uma carga ou barça de um produto refinado negociado em uma base ARA de custo, seguro e frete (CIF) significa que os portos dentro desta área estão cobertos pelo custo.

Premissas	2016	2017
Geração	1.574.599	1.479.333
Consumo de carvão	736.328	649.289
CIF ARA	59,75	83,75
API2	59,75	83,75
Premio	7,50	7,40
Fator i	0,5228	0,5228
FX	3,48	3,19

#### Sendo:

$Ccomb = CIF\ ARA * Fator\ i * FX$

$Custo\ Carvão = API2 + premio$

$API2 \sim CIF\ ARA$

### 20.1.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia. Os tipos de exposição cambial da Companhia estão descritos abaixo:

#### a) Empréstimos e Financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações denominadas em moeda estrangeira em suas controladas. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes atuais em aberto:

Risco	Valor Futuro Mercado	Valor Futuro (alta 25%)	Valor Futuro (alta 50%)
Risco de Cash Flow:	Valorização do dólar		
Passivo indexado ao Dólar Libor USD	129.804	162.225	194.706
<b>Outstanding (Principal + Juros)</b>	<b>129.804</b>	<b>162.225</b>	<b>194.706</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>32.451</b>	<b>64.902</b>

A avaliação acima apresentada não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição.

Taxa de referência: PTAX 800 Venda (3,3080 em 31/12/17) do Banco Central do Brasil.

Cenário I: choque adverso em 25% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

Cenário II: choque adverso em 50% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

Fonte: Bloomberg.

#### b) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termoeletricas, a Companhia assume posição comprada no preço do carvão, que por sua vez, é determinado no mercado internacional em dólar americano. Consequentemente, a Companhia assume também posição comprada em dólar, gerando assim um descasamento entre seu ativo e passivo. Da forma como mencionado anteriormente para o risco de preço do carvão, a Companhia estuda mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão. Ou seja, as operações de proteção para o preço da commodity e o risco cambial são estruturadas simultaneamente.

### 20.1.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

#### a) Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm 81% (Empréstimos e financiamentos, Debêntures, mútuos) de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros e inflação no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contém um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R\$ 3.968.064 e saldo total de R\$ 4.355.592 em 31/12/2017. Desse total, aproximadamente 10% têm vencimento no curto prazo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas no ano de 2018. Como cenários alternativos a Companhia calculou o que seria a perda financeira no ano de 2018 caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (alta 25%)</b>	<b>Cenário II (alta 50%)</b>
Risco de Cash Flow:	Alta na Taxa de Juros			
	Passivo indexado a TJLP	152.554	190.693	228.831
	Passivo indexado ao CDI	196.851	246.064	295.277
	Passivo indexado ao IPCA	41.437	51.796	62.156
	<b>Despesa Financeira Esperada</b>	<b>390.842</b>	<b>488.553</b>	<b>586.264</b>
	<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>97.711</b>	<b>195.422</b>

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 2018: 3,93% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 2018: 6,75% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 2018: 6,87% (Fonte: Projeção de Mercado)

### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	766.884	493.997
Contas a receber de clientes	524.886	315.153
Ganhos em operações com derivativos	-	-
Títulos e valores mobiliários	217.146	132.757
Contas a receber- operações de comercialização de energia	-	10.366
Compra de energia – longo prazo	-	-
Obrigações a pagar ao operador	-	-
Depósito vinculado	91.904	32.203
<b>Consolidado das contas credoras</b>	<b>1.600.820</b>	<b>984.476</b>

### Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. Segue abaixo os fluxos não descontados:



**Passivos**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	293.198	881	-	-	294.079
Partes relacionadas	-	18.867	94.261	-	-	113.128
Empréstimos e financiamentos	183.264	213.883	853.427	1.771.252	3.576.762	6.598.588
Debêntures	242.931	18.327	217.549	251.864	39.264	769.935
Retenção contratual	-	4.330	-	-	-	4.330
	<b>426.195</b>	<b>548.605</b>	<b>1.166.118</b>	<b>2.023.116</b>	<b>3.616.026</b>	<b>7.780.060</b>

**Consolidado  
2016**
**Passivos**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	177.249	5.410	-	-	182.659
Partes relacionadas	-	19.745	98.645	-	-	118.390
Empréstimos e financiamentos	968.913	214.015	360.822	1.636.699	4.149.140	7.329.589
Debêntures	230.943	90.828	321.946	370.767	-	1.014.484
Retenção contratual	-	4.330	-	-	-	4.330
	<b>1.199.856</b>	<b>506.167</b>	<b>786.823</b>	<b>2.007.466</b>	<b>4.149.140</b>	<b>8.649.452</b>

**Gestão de Capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17 e 18)	4.355.592	4.943.259
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(766.884)	(493.997)
Dívida líquida	<b>3.588.708</b>	<b>4.449.262</b>
Total do patrimônio líquido	<b>5.375.935</b>	<b>4.480.808</b>
Total do capital	<b>8.822.219</b>	<b>8.024.122</b>
Índice de alavancagem financeira - %	<b>41</b>	<b>55</b>

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

## 21. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis (indenizatórias), tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como processos administrativos regulatórios, avaliadas pelos assessores jurídicos. As principais ações se referem a:

### Contingências com risco provável

O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentado, conforme tabela abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2016	31/12/2017				
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Baixas	Atualização	Saldo acumulado
Cíveis (a)	-	1.300	-	-	-	1.300
Regulatório	2.000	-	-	(2.000)	-	-
Trabalhista (b)	3.708	7.839	(2.939)	-	871	9.479
Total das Provisões	5.708	9.139	(2.939)	(2.000)	871	10.779

#### a) Riscos Cíveis

Ação ordinária, ajuizada pela RIP Serviços e Industriais S.A. em face da Controlada Itaquí, requerendo o pagamento de notas fiscais no valor total de R\$ 4.959, dos quais R\$ 1.000 é provável.

#### b) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam verbas rescisórias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de transferência, dentre outros motivos vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. As causas trabalhistas são pulverizadas, não havendo nenhuma causa individual relevante.

### Contingências com risco possível

O Grupo ENEVA possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambientais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$ 325.335 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 363.191 em 2016). As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	37.875	23.177
Indenizatórias (*)	287.460	340.014
(**)	<b>325.335</b>	<b>363.191</b>

(\*) A variação apresentada refere-se basicamente a mudanças de prognósticos de determinados processos de possível para remoto.

(\*\*) As Causas indenizatórias abrangem causas cíveis, ambientais, tributárias.

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

a) Riscos trabalhistas

As causas trabalhistas são pulverizadas, não havendo nenhuma causa individual relevante, a exceção das reclamações trabalhistas em face da controladora Eneva e a controlada PGN, onde pleiteiam verbas rescisórias, reconhecimento de vínculo empregatício que envolveram o montante de R\$ 5.775, iniciada em 2017, e R\$ 5.795, respectivamente (R\$ 5.438 em dezembro de 2016).

Demais Riscos:

As ações possuem naturezas cíveis, tributárias e ambientais, assim como englobam questões regulatórias. Apresentamos a seguir os principais processos economicamente relevantes por natureza:

(i) Cíveis

*Mabe Construção e Administração De Projetos LTDA*

- 1) Ações ordinárias, ajuizada pela Montcalm Montagens Industriais S.A. em face da Companhia e controlada requerendo, respectivamente, o pagamento de R\$ 41.782 por valores supostamente devidos pelos serviços prestados (montagem eletromecânica, instalação de equipamentos e tubulação da planta elétrica e pintura especializada), e R\$ 19.213 referente a valores retidos e indenização pelos danos causados. Os montantes envolvidos em dezembro de 2017, são respectivamente de R\$ 86.480 e R\$ 38.105 (R\$ 53.807 e R\$ 24.743, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).
- 2) Ação de Cobrança com pedido de indenização por danos morais e materiais, ajuizada pela AG Logitics, referente a valores devidos no âmbito dos contratos celebrados entre as partes para expedição, transporte, entrega e desembaraço aduaneiro de produtos relacionados à construção de Pecém I, II e Itaqui. Em dezembro de 2017 o valor da causa perfaz o total de R\$ 20.732 (R\$ 17.570 em 31 de dezembro de 2016).

*Controlada Amapari Energia S.A.*

Ação monitória, em face da controlada Amapari, ajuizada em março de 2017 pela Br Distribuidora com fundamento em contrato de confissão de dívida celebrado entre as partes. O valor total corresponde a quantia de R\$ 27.410.

*Controlada Eneva Comercializadora de Energia S.A.*

Trata-se de ação anulatória de sentença arbitral que julgou procedentes pedidos formulados em procedimento arbitral pela subsidiária da Companhia. A ação foi ajuizada em março de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 envolve o montante de R\$ 38.000.

*Outras controladas*

As demais causas o valor subdivide-se em ações judiciais envolvendo demandas nas quais existem pedidos de indenização por danos morais e materiais, bem como litígios decorrentes de passagem da linha de transmissão, serviços industriais e outras naturezas.

(ii) Ambientais*Controlada Parnaíba I Geração de Energia S.A.*

Processo administrativo instaurado em 2015 em face da controlada por supostamente deixar de atender as condicionantes estabelecidas na licença ambiental e deixar de apresentar mensalmente os dados do monitoramento de qualidade do ar. O montante envolvido na causa é de R\$ 15.975 em dezembro de 2017 (R\$10.000 em dezembro de 2016).

(iii) Tributárias*ICMS**Controlada Amapari Energia S.A.*

Em 2011, a Fazenda Estadual lavrou auto de infração em desfavor da controlada Amapari. O auto de infração versa sobre a cobrança de ICMS em razão de erro no preenchimento das guias de recolhimento, cuja consequência foi a ausência de registro do montante de crédito acumulado desde julho de 2008; apuração de saldo devedor para o mês de abril de 2009; e multa por descumprimento de obrigação acessória. O valor envolvido de perda possível neste auto de infração em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 23.090 (R\$ 14.872 em 2016).

**Ativo contingente (não registrado)*****Encargos de Hídricos Emergenciais – Pecém II (Deferimento de liminar judicial)***

Os pedidos desse litígio são os seguintes: (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), com o aumento do Custo Variável Unitário ("CVU") e da receita de venda percebida pelas partes; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das usinas em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada formulado pelas Autoras. Contra esta decisão, as Autoras interpuseram recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente, em 1º de março de 2017. Após a manifestação da Procuradoria, o Desembargador Souza Prudente, em 5 de maio de 2017, deferiu a tutela antecipada requerida pela controlada em conjunto Pécem II e pela Companhia parceira Porto do Pécem.

No âmbito administrativo, foi recebido em 02 de Julho de 2017 o ofício nº 107/2017-SRG/ANEEL solicitando dados para dar cumprimento à determinação judicial supra mencionada. Em 10/07/2017 foi apresentada petição com proposta de instrumentalização da decisão pelo TRF 1ª Região. Em 27/07/2017 a controlada e Companhia Porto do Pécem apresentaram novas informações para recebimento da diferença de CVU. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL anuiu à metodologia de cálculo sugerida pelas Companhias autorizando o repasse do EHE para os meses de setembro de 2016 a maio de 2017.

A Pécem II Geração recebeu os seguintes montantes relativos ao EHE: (i) R\$10.196 em outubro de 2017, relativo às competências de setembro de 2016 a maio de 2017; e (ii) R\$2.534 em novembro de 2017, relativo às competências de junho a agosto de 2017. O montante a receber relativo às competências de setembro a dezembro de 2017 no valor de R\$1.708, assim como os próximos repasses, serão recebidos regularmente a partir de 2018.

## 22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia está dividido em R\$ 8.822.219 e R\$ 8.024.122 respectivamente. A seguir a distribuição das ações da Companhia:

	Controladora			
	2017			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionista</b>				
Banco BTG Pactual	84.385.955	26,79%	84.385.955	26,79%
Cambuhy	72.416.316	22,99%	72.416.316	22,99%
DD Brazil Holdings (Uniper Energy)	19.214.420	6,10%	19.214.420	6,10%
Itaú Unibanco	18.521.441	5,88%	18.521.441	5,88%
Outros	120.452.367	38,24%	120.452.367	38,24%
<b>Total</b>	<b>314.990.499</b>	<b>100,00%</b>	<b>314.990.499</b>	<b>100,00%</b>

	Controladora			
	2016			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionista</b>				
Banco BTG Pactual	80.659.750	33,73%	80.659.750	33,73%
Cambuhy	61.501.011	25,72%	61.501.011	25,72%
DD Brazil Holdings (Uniper Energy)	19.808.765	8,28%	19.808.765	8,28%
Itaú Unibanco	18.842.832	7,88%	18.842.832	7,88%
OGX Petróleo e Gás S.A.	14.875.412	6,22%	14.875.412	6,22%
Outros	43.440.660	18,17%	43.440.660	18,17%
<b>Total</b>	<b>239.128.430</b>	<b>100,00%</b>	<b>239.128.430</b>	<b>100,00%</b>

Nenhum acionista é detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia; e não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia (conforme artigo 118 da Lei nº 6.404/76).

Em 3 de outubro de 2016 foi concluído o aumento de capital privado da ENEVA S.A., através da subscrição e integralização do aumento de capital, onde foram realizadas parte em dinheiro, totalizando a quantia de R\$14.607; e parte por meio da contribuição dos Ativos da Parnaíba Gás Natural S.A., totalizando o montante de R\$1.145.772, dos quais: (i) R\$ 1.001.885 destinados à conta de capital social e (ii) R\$ 143.887 destinado à conta de reserva de capital. Portanto, apuramos um aumento no capital social de R\$ 1.016.492.

Em 20 de outubro de 2017, ocorreu o encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, compreendendo: (i) a distribuição primária de 75.862.069 Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da colocação das Ações do Lote Suplementar, a qual correspondeu à distribuição de 3.793.103 Ações ("Oferta Secundária"), dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, ao preço de R\$11,00 por Ação, perfazendo o montante total de: R\$ 876.207, sendo R\$ 834.483 relativos a oferta primária e R\$ 41.724 relativos a oferta secundária, havendo um custo de captação de R\$ 36.386.

## 23. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	2017		2016	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
<b>Resultado do exercício</b>				
Numerador básico				
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas				
Controladores das operações continuadas	95.498	95.498	(108.107)	(108.107)
Denominador básico				
Média ponderada de ações	257.418.463	257.418.463	180.844.546	180.844.546
<b>Lucro/Prejuízo por ação (R\$) – básico</b>	<b>0,3709835</b>	<b>0,3709835</b>	<b>(0,5977897)</b>	<b>(0,5977897)</b>
	2017		2016	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
<b>Resultado do exercício</b>				
Numerador diluído				
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas				
Controladores das operações continuadas	95.498	95.498	(108.107)	(108.107)
Denominador diluído				
Média ponderada de ações	257.418.463	257.418.463	180.844.546	180.844.546
<b>Lucro/Prejuízo por ação (R\$) – diluído</b>	<b>0,3709835</b>	<b>0,3709835</b>	<b>(0,5977897)</b>	<b>(0,5977897)</b>

## 24. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia possuía planos de opção de compra de ações, com que concedia o direito de subscrição de ações. Em contrapartida, em 09 de dezembro de 2014, foi divulgado o fato relevante sobre o pedido de recuperação judicial da Companhia. Posterior ao fato relevante, opções outorgadas nos planos remanescentes foram canceladas ou expiradas.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2016, foi aprovado um novo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, válido atualmente. Novas opções de compra de ações foram outorgadas a colaboradores da Companhia no âmbito do novo Plano, que será liquidado com instrumentos patrimoniais.

### a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia concedeu Plano de Opções de Compra de Ações de sua própria emissão aos beneficiários que lhe prestam serviços.

O Programa de Opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deverá ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Conforme o regulamento, o plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que deve determinar a quantidade de ações a ser concedida e preço de subscrição das ações. Porém, os membros do Conselho de Administração somente poderão ser nomeados como beneficiários do Plano mediante prévia deliberação da Assembleia Geral de acionistas neste sentido.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria.

Os demais acionistas da empresa não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Companhia proporcional à quantidade das novas ações subscritas.

As opções representarão o máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do Plano de opções.

Cada opção concedida foi dividida em 05 (cinco) lotes anuais, sendo cada um equivalente a 20% (vinte por cento) do montante total das ações.

O preço de exercício das opções é corrigido pelo IPCA-IBGE adicionado 3% ao ano.

O requisito para aquisição do direito de compra das ações exige que o beneficiário do plano complete um período especificado na prestação dos serviços.

A Companhia recebeu, no decorrer do 2º trimestre de 2017, dos beneficiários do plano, o montante de R\$7.590, à título de prêmio para concessão dos direitos às opções em ações, saldo remanescente da diferença entre o prêmio pago e o valor justo mensurado será registrado em resultado, proporcionalmente ao prazo estabelecido como mínimo para a prestação dos serviços dos beneficiários. Até 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido no resultado do exercício, o montante de R\$415.

Na data de aquisição das ações, o participante poderá utilizar sua remuneração variável para o pagamento do preço de exercício, com isso, terá um desconto de 20% (vinte por cento) no valor do preço de exercício.

A tabela abaixo apresenta as características gerais da outorga concedida pela Companhia.

Plano	Data de Outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de vencimento dos direitos	Quantidade Original Outorgada	Preço de Exercício Original (a)	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/04/2017	5	03/04/2018	01/08/2022	3.288.094	15,00	15,14
2016	10/05/2017	5	10/05/2018	07/09/2022	1.333.333	15,00	15,56
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	710.301	15,00	15,40

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício das opções
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Outorgadas	5.331.728	15,61
Expiradas	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.331,728</b>	<b>15,61</b>

A Companhia não consegue mensurar o valor justo dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, utilizando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Para determinação do valor justo das opções utilizou-se o modelo proposto por Merton (1973)<sup>1</sup>, variante do modelo de Black & Scholes (1973)<sup>2</sup>, em que se considera o pagamento de dividendos. Para tal, utilizou-se algumas premissas para as variáveis de entrada do modelo. Como:

- O preço da ação na data de mensuração;
- O preço de exercício do instrumento;
- A volatilidade esperada;
- Dividendos esperados;
- O prazo dos instrumentos; e
- Taxa de juros livre de risco.

Para o cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados os retornos contínuos da cotação histórica da ação (baseada na volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente). A janela temporal para estimação da volatilidade esperada foi como igual ao prazo da opção, ou o maior prazo disponível, quando o histórico de negociação da ação da empresa foi menor do que o prazo esperado.

A taxa de juros livre de risco foi baseada em títulos públicos e nas curvas de juros divulgadas pela da BM&FBOVESPA.

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

<sup>1</sup> MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

<sup>2</sup> BLACK, F.; SCHOLES, M. The pricing of options and corporate liabilities. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 81, p. 637-654, 1973



Parte-se da premissa que o participante utilizará sua remuneração variável para o pagamento do preço de exercício, usufruindo do desconto de 20% na data de aquisição das ações.

A tabela seguinte apresenta as premissas utilizadas para o cálculo de valor justo das opções outorgadas pela Companhia:

Premissas para Valor Justo	Plano 2016
Quantidade de opções exercíveis (maturadas)	-
Prazo médio remanescente (anos)	4,66
Valor justo das opções atualizado em R\$ (a)	2,56
Valor justo médio ponderado das opções outorgadas no exercício em R\$ (a)	2,66
Preço da ação em R\$ (b)	13,90
Preço de exercício das opções em R\$ (c)	15,61
Dividendos esperados	-
Volatilidade média esperada (ao ano) (d)	79,36%
Taxa de juros livre de risco média (ao ano)(e)	4,69%
Efeitos no resultado no exercício em R\$ mil	1.787
Valor intrínseco em R\$ mil (f)	7.535

(a) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973)

(b) O preço de fechamento da ação ENEV3

(c) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA + 3%a.a.

(d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação ENEV3.

(e) Taxa de referência com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA – B3

(f) Quando o valor intrínseco das opções é negativo, considerou-se valor igual a zero. O preço de exercício, para o cálculo do valor intrínseco, considera o desconto de 20%.

## 25. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita bruta	2.966.822	2.357.939
Impostos sobre as vendas	(245.049)	(196.956)
<b>Total da receita líquida (a)</b>	<b>2.721.773</b>	<b>2.160.983</b>

(a) A variação apresentada está relacionada a maior curva de despacho ocorrida entre junho e dezembro de 2017

## 26. Custos e despesas por natureza

<b>Custos e despesas por natureza</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custo por Indisponibilidade	-	-	(49.790)	(1.601)
Custos regulatórios (d)	(23)	-	(89.586)	(129.407)
Depreciação e amortização	(2.095)	(2.676)	(418.755)	(356.392)
Despesas ambientais	(241)	-	(5.819)	-
Despesas com aluguéis (*)	(3.342)	(5.067)	(101.963)	(86.937)
Despesas com exploração e poço seco (*)	-	-	(99.543)	(13.176)
Despesas com pessoal (*)	(57.117)	(16.246)	(198.901)	(137.628)
Energia elétrica para revenda (a)	-	-	(338.556)	(52.515)
Impostos e contribuições	(428)	(217)	(2.312)	(3.993)
Insumos de geração (*) (b)	-	-	(326.434)	(594.794)
Material	(271)	(1.026)	(26.049)	(25.997)
Outras receitas (despesas) (*)	(13.897)	185.994	(129.714)	216.033
Participações governamentais (*) (c)	-	-	(59.918)	(35.031)
Perda na alienação de bens e direitos	-	-	(3.962)	(18.540)
Provisão Perdas de Investimento	-	(24.191)	(3.487)	(99.449)
Seguros	(530)	(570)	(20.136)	(36.420)
Serviços de terceiros	(28.466)	(30.796)	(114.621)	(184.252)
	<b>(106.410)</b>	<b>105.205</b>	<b>(1.989.546)</b>	<b>(1.560.099)</b>
Classificados como:				
Custo	-	-	<b>(1.611.638)</b>	<b>(1.429.043)</b>
Despesas administrativas e gerais e outros resultados operacionais	<b>(106.410)</b>	<b>105.205</b>	<b>(377.908)</b>	<b>(131.056)</b>

(\*) A variação apresentada nos custos consolidados refere-se basicamente a consolidação da PGN, adquirida 100% das ações em outubro de 2016, refletindo a consolidação desta empresa e a consequente eliminação dos custos com compra de gás e arrendamento da capacidade de tratamento de gás, além da realocação dos custos com exploração.

- (a) A variação refere-se ao maior volume de compra de energia, ocorrida na subsidiária comercializadora de Energia, provenientes de oportunidades comerciais no decorrer de 2017.
- (b) A variação refere-se a gastos incorridos no quarto trimestre de 2016 entre a Companhia e a subsidiária PGN, que passou a eliminar tais gastos para fins de Consolidado;
- (c) O saldo refere-se a recolhimento de encargos setoriais ao Governo (Royalties) referente a produção de gás natural. Até 31 de dezembro de 2017 os custos e despesas desta subsidiária eram reconhecidos via equivalência patrimonial;
- (d) A variação refere-se basicamente a relevante redução de ADOMP no exercício de 2017, devido a estratégia da Administração na redução dos custos e a melhora no nível de atendimento ao despacho, principalmente apresentado por Itaqui Geração de Energia S.A..

## 27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos da dívida	(145.513)	(168.086)	(467.022)	(574.587)
Variação monetária	(1.821)	(21.501)	(32.065)	(26.156)
Juros/custo de debêntures (a)	-	(91)	(83.372)	(46.002)
Juros entre parte relacionada	(3.929)	-	265	-
Juros sob provisão de abandono	-	-	(4.439)	-
Comissão sobre fianças bancárias	(22)	-	(37.070)	(49.838)
Outros (b)	(7.885)	(601)	(11.398)	(17.690)
	<b>(159.170)</b>	<b>(190.279)</b>	<b>(635.101)</b>	<b>(714.273)</b>
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	17.936	10.017	69.862	59.837
Rendimentos de partes relacionadas	58.244	82.793	26.209	33.609
Atualização monetária contratual	-	9.935	-	12.863
Variação monetária	(206)	48.225	12.207	55.681
Multa/Juros auferidos	-	-	-	-
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	-	-	-	359
Valor justo debêntures	-	-	-	71
Juros sobre debêntures.	59.670	-	-	-
Outros	1.516	(4.100)	6.020	3.493
	<b>137.160</b>	<b>146.870</b>	<b>114.298</b>	<b>165.913</b>
Resultado financeiro líquido	<b>(22.010)</b>	<b>(43.409)</b>	<b>(520.803)</b>	<b>(548.360)</b>

(a) A variação refere-se ao reconhecimento dos juros de debêntures da subsidiária PGN que em 30 de setembro de 2016 era reconhecida via equivalência patrimonial e que passou a ser integralmente consolidada em outubro de 2016.

(b) O saldo de 31 de dezembro de 2017 está composto basicamente aos custos de repactuação da dívida da subsidiária Parnaíba II ocorridos em janeiro de 2017 e os custos de Pis e Cofins sobre receita financeira.

## 28. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os riscos a qual esteja exposta são considerados relevantes, com limites e coberturas considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os seguros tinham por objetivo a cobertura dos seguintes valores em risco:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Danos materiais	12.734.606	12.823.857
Responsabilidade civil	510.000	510.000
	<b>13.244.606</b>	<b>13.333.857</b>

Abaixo as principais apólices em vigor:

		<b>Consolidado</b>			
		<b>31/12/2017</b>			
<b>Seguradora</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Limite Máximo Indenizável</b>	<b>Vigência</b>	<b>Prêmio</b>
<b>Valores expressos em Reais mil e Dólares mil</b>					
Chubb	Riscos Operacionais	USD 3.849.640	USD 500.000	01/08/17 a 01/08/18	USD 8.429
Tokio Marine / Swiss	Responsabilidade Civil Geral		R\$ 135.000	01/08/17 a 01/08/18	R\$ 257
Tokio Marine	Responsabilidade Civil Geral		R\$ 50.000	01/07/17 a 01/07/18	R\$ 66
AIG	Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)		R\$ 200.000	30/08/17 a 30/08/18	R\$ 592
Tokio Marine	Responsabilidade Civil de Operador Portuário		R\$ 25.000	23/08/17 a 23/08/18	R\$ 29
Sompo	Risco de Petróleo	USD 2.172.169	USD 52.168	01/03/2017 a 01/09/2018	USD 162
Tokio Marine / AXA / Fairfax	Seguro Garantia		R\$ 108.482	22/12/2015 a 20/06/2020	R\$ 2.991
Fairfax	Seguro Garantia		R\$ 55.350	31/01/2018 a 31/07/2024	R\$ 2.340

## 29. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: (i)térmicas a gás, (ii)*upstream*, (iii)térmicas a carvão, (iv)comercialização de energia e (v)*holding* e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pelo gestor principal, que no caso da Companhia é a Diretoria Executiva. Esses segmentos refletem a estrutura do modelo de negócio da Companhia.

A ENEVA é uma Companhia integrada de energia com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração e produção de hidrocarbonetos. Seu modelo de negócios é centrado na gestão do *reservoir-to-wire* (R2W), que é a geração de energia térmica integrada aos campos produtores de gás natural. No caso da ENEVA, esse modelo foi implementado de forma pioneira no Complexo Parnaíba.

A seguir descrição dos segmentos:

### **Complexo Parnaíba**

O Complexo Parnaíba possui capacidade total instalada de 1,4 GW, onde quatro usinas térmicas geram energia a partir do gás produzido nos campos em que possui concessão na Bacia do Parnaíba, no Maranhão. O Complexo está interligado ao Subsistema Norte de produção e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

#### ***Térmicas a gás***

Neste segmento o Grupo atua na geração de energia elétrica à gás natural com contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Regulado – CCEAR e um contrato de comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Este segmento é composto pelas controladas (i)Parnaíba I Geração de Energia S.A., (ii)Parnaíba II Geração de Energia S.A., (iii)Parnaíba III Geração de Energia S.A., (iv)Parnaíba IV Geração de Energia S.A., (v)Parnaíba Geração e Comercialização S.A.

#### ***Upstream***

Neste segmento o Grupo atua na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em uma área sob concessão de aproximadamente 27 mil km<sup>2</sup> na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão. Atualmente a Companhia possui capacidade de produção de 8,4 milhões de m<sup>3</sup> por dia, que é totalmente destinada para abastecimento do complexo termoeletrico também de propriedade da ENEVA. Este segmento é composto pelas controladas (i)Parnaíba Gás Natural S.A. e (ii)Parnaíba B.V..

#### ***Térmicas a carvão***

Neste segmento o Grupo atua na geração de energia elétrica à carvão mineral importado com contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Regulado – CCEAR. Este segmento é composto pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 360 MW e localizada no estado do Maranhão, interligada ao Subsistema Norte de produção e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). Adicionalmente, este segmento contempla também controlada em conjunto Pecém II Participações S.A. que tem seu impacto refletido via equivalência patrimonial.

## Comercialização de Energia

Neste segmento o Grupo atua na comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) registrado na CCEE. Este segmento é composto pela controlada indireta ENEVA Comercializadora de Energia Ltda.

## Holdings e outros

Este segmento é composto pelos saldos de ENEVA S.A. e ENEVA Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos, conforme demonstrado no organograma da Companhia na Nota Explicativa nº 1.

A Administração avalia periodicamente se sua segmentação de negócios está aderente com a tomada de decisão e o modelo de negócios da Companhia.

2017									
Complexo Parnaíba									
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
<b>Total do ativo</b>	<b>3.912.449</b>	<b>2.922.556</b>	<b>(687.867)</b>	<b>6.147.138</b>	<b>2.904.140</b>	<b>124.229</b>	<b>7.011.828</b>	<b>(5.279.953)</b>	<b>10.907.382</b>
Circulante	728.310	345.029	(102.058)	971.281	291.245	23.561	666.955	(75.784)	1.877.258
Não circulante	3.184.139	2.577.527	(585.809)	5.175.857	2.612.895	100.668	6.344.873	(5.204.169)	9.030.124
<b>Total do passivo</b>	<b>3.912.449</b>	<b>2.922.556</b>	<b>(687.867)</b>	<b>6.147.138</b>	<b>2.904.140</b>	<b>124.229</b>	<b>7.011.828</b>	<b>(5.279.953)</b>	<b>10.907.382</b>
Circulante	492.035	516.066	(201.560)	806.541	330.202	51.635	90.184	(126.555)	1.152.007
Não circulante	1.594.949	694.242	(416.853)	1.872.338	1.313.043	7.597	1.688.499	(502.039)	4.379.438
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(14.508)	(14.508)
Patrimônio Líquido	1.825.465	1.712.248	(69.454)	3.468.259	1.260.895	64.997	5.233.145	(4.636.851)	5.390.445
2016									
Complexo Parnaíba									
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
<b>Total do ativo</b>	<b>3.600.601</b>	<b>2.475.631</b>	<b>(604.597)</b>	<b>5.471.635</b>	<b>2.882.635</b>	<b>68.448</b>	<b>6.375.768</b>	<b>(4.437.915)</b>	<b>10.360.571</b>
Circulante	618.459	526.504	(297.516)	847.447	221.714	12.746	169.429	(1.735)	1.249.601
Não circulante	2.982.142	1.949.127	(307.081)	4.624.188	2.660.921	55.702	6.206.339	(4.436.180)	9.110.970
<b>Total do passivo</b>	<b>3.600.601</b>	<b>2.428.032</b>	<b>(556.998)</b>	<b>5.471.635</b>	<b>2.882.635</b>	<b>68.448</b>	<b>6.375.768</b>	<b>(4.437.915)</b>	<b>10.360.571</b>
Circulante	1.290.881	418.364	(246.890)	1.462.355	183.149	35.597	69.485	(11.613)	1.738.973
Não circulante	1.132.486	761.224	(197.406)	1.696.304	1.349.396	7.677	1.733.875	(646.462)	4.140.790
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(12.870)	(12.870)
Patrimônio Líquido	1.177.234	1.248.444	(112.702)	2.312.976	1.350.090	25.174	4.572.408	(3.766.970)	4.493.678
2017									
Complexo Parnaíba									
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
<b>Demonstração do resultado</b>									
Receita operacional líquida	1.907.627	737.777	(670.728)	1.974.676	701.901	431.517	541	(386.862)	2.721.773
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.340.860)	(296.550)	670.728	(966.682)	(606.911)	(424.640)	(266)	386.861	(1.611.638)
Despesas gerais e administrativas	(33.484)	(46.656)	-	(80.140)	(16.693)	(15.202)	(107.780)	(33.644)	(253.459)
Outros resultados operacionais	(2.134)	(7.866)	11.552	1.552	(2.905)	(443)	(31.784)	8.674	(24.906)
Despesas com exploração e poço seco	-	(99.543)	-	(99.543)	-	-	-	-	(99.543)
Equivalência patrimonial	32.818	(6.225)	(38.146)	(11.553)	(18.822)	-	267.385	(263.380)	(26.370)
Resultado financeiro	(216.620)	(138.875)	-	(355.495)	(145.828)	1.208	(20.688)	-	(520.803)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(48.801)	(42.108)	-	(90.909)	64	(718)	369	-	(91.194)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>298.546</b>	<b>99.954</b>	<b>(26.594)</b>	<b>371.906</b>	<b>(89.194)</b>	<b>(8.278)</b>	<b>107.777</b>	<b>(288.351)</b>	<b>93.860</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	298.546	99.954	(26.594)	371.906	(89.194)	(8.278)	107.777	(286.713)	95.498
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.638	1.638

2016

	Complexo Parnaíba				Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado					
<b>Demonstração do resultado</b>									
<b>Receita operacional líquida</b>	1.617.555	425.109	(424.101)	<b>1.618.563</b>	541.195	113.728	13.104	(125.606)	<b>2.160.984</b>
<b>Custo de Bens e/ou Serviços vendidos</b>	(1.249.836)	(198.884)	424.101	<b>(1.024.619)</b>	(463.480)	(55.307)	(11.243)	125.606	<b>(1.429.043)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	(34.899)	(26.732)		<b>(61.631)</b>	(18.943)	(814)	(68.563)	(24.312)	<b>(174.263)</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>	(16.587)	8.046		<b>(8.541)</b>	(1.700)	2.865	(9.791)	71.808	<b>54.641</b>
<b>Despesas com exploração e poço seco</b>	-	(13.176)		<b>(13.176)</b>	-	-	-	-	<b>(13.176)</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	12.538	-	(12.538)	-	(32.406)	-	(100.993)	94.329	<b>(39.070)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	(273.991)	(67.657)		<b>(341.648)</b>	(166.279)	2.320	(42.751)	-	<b>(548.358)</b>
<b>Provisão dos tributos correntes e diferidos</b>	(13.607)	(24.866)		<b>(38.473)</b>	-	(19.636)	(64.742)	-	<b>(122.851)</b>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>41.173</b>	<b>101.839</b>	<b>(12.538)</b>	<b>130.474</b>	<b>(141.613)</b>	<b>43.155</b>	<b>(284.980)</b>	<b>141.826</b>	<b>(111.138)</b>
<b>Atribuído a sócios da empresa controladora</b>	41.173	101.839	(12.538)	<b>130.474</b>	(141.613)	43.155	(284.980)	144.856	<b>(108.108)</b>
<b>Atribuído a sócios não controladores</b>								3.030	<b>3.030</b>

## 30. Compromissos assumidos

### Programa Exploratório Mínimo ("PEM")

No dia 07 de outubro de 2015, a PGN S.A. arrematou 06 novos blocos na 13ª Rodada de Licitações realizada pela ANP, e em todos entrou como operadora.

O valor total do bônus de assinatura dos seis blocos foi de R\$ 10.000. Além do bônus assinatura, foram considerados como critérios de julgamento do leilão, o Programa Exploratório Mínimo (PEM) a ser aplicado nos blocos, expresso em unidades de trabalho (UTs), e os percentuais de conteúdo local nas fases de exploração e desenvolvimento.

A controlada Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu o compromisso de cumprir o PEM do primeiro período exploratório com uma campanha de aquisição sísmica 2D.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de PEM referente a 13ª rodada a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com seguro garantia	UTs	Adições	Baixas	Saldo em 2017	Saldo em 2016
PN-T-69	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-87	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-84	3249	14.619	-	14.619	-
PN-T-101	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-103	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-146	1010	4.544	-	4.544	4.544
PN-T-163	1010	4.544	-	4.544	4.544
Total		83.639	-	83.639	69.020

Os valores indicados referem-se ao montante de garantia contratada diretamente pela PGN, correspondente ao seu percentual de participação em cada bloco.



## 31. Eventos Subsequentes

### **Cinco (05) Blocos arrematados na 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**

A Eneva, através de sua subsidiária integral, Parnaíba Gás Natural S.A., arrematou 5 blocos exploratórios na Bacia do Parnaíba durante a 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizada em 27 de setembro de 2017. Os blocos arrematados, com área total de 13.509 km<sup>2</sup>, foram PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134. Os contratos foram assinados em 31 de janeiro de 2018.

O valor total do bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 2,7 milhões, e o investimento mínimo estimado pela ANP para os 5 blocos é R\$ 55,4 milhões, com prazo de 6 anos para execução.

### **Liquidação antecipada da dívida de Itaqui, no valor de R\$ 154 milhões**

Em 06 de fevereiro de 2018 sua controlada Itaqui Geração de Energia S/A realizou a liquidação antecipada do saldo devedor atualizado das parcelas de seu contrato de financiamento junto aos bancos Votorantim e Bradesco, oriundo de repasse de recursos do BNDES, no valor total de R\$ 306,8 milhões (R\$ 156,6 milhões ao custo de TJLP acrescido de 4,8% ao ano e R\$ 150,2 milhões ao custo de IPCA acrescido de 12,1% ao ano).

Parte dos recursos para a quitação da dívida de Itaqui são oriundos do desembolso de R\$ 162,3 milhões relativos à segunda tranche da 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição com esforços restritos de colocação, com custo de 100% do CDI acrescido de 2,95% ao ano e vencimento em 05 de dezembro de 2024 de Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Debêntures").

### **Restabelecimento do diferimento de ICMS na importação de carvão mineral em Itaqui**

O Governo do Estado do Maranhão editou, em 08 de março de 2018, o Decreto nº 33.870/2018, restabelecendo o diferimento do lançamento e do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas operações de importação de carvão mineral destinado ao processo de produção de energia elétrica na usina termelétrica de Itaqui.

Com o decreto, o Governo do Estado do Maranhão altera parcialmente o regulamento do ICMS para que ocorra o diferimento e lançamento do imposto em 50% a partir de 01 de abril de 2018, e de 77,77% a partir de 01 de dezembro de 2018.

### **Aquisição de Participação em Pecém II Participações S.A.**

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com Uniper Holding GmbH para aquisição de 100% das ações detidas por Uniper em Pecém II Participações S.A., acionista única de Pecém II Geração de Energia S.A.. Nos termos do Contrato, ENEVA comprometeu-se, sujeito à aprovação do Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE e a determinadas condições suspensivas, a adquirir as Ações, pelo valor de R\$50 milhões.

### **Conselho de Administração**

Carlos Márcio Ferreira  
Presidente

Conselheiros:  
Jose Aurélio Drummond Jr.  
Frank Paul Possmeier  
Edwyn Neves  
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros  
Guilherme Bottura  
Renato Antônio Secondo Mazzola

### **Diretoria**

Pedro Zinner  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Lino Lopes Cançado  
Diretor

Laira Sanui  
Diretora

### **Controller**

Ana Paula Alves do Nascimento  
CRC-RJ 086983/O-0

### **Contador**

Bruno Campelo de Azevedo  
CRC-RJ 106648/O-9